RELATÓRIO DE PROJETOS LEGISLATIVOS DE INTERESSE DO CAU/BR
30 DE NOVEMBRO DE 2018

Por determinação do Presidente do CAU/BR, Arquiteto e Urbanista Luciano Guimarães, publicaremos semanalmente Relatório de Atividade Legislativa de proposições monitoradas pela Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares.

	Identificação	Autor	Ementa	Explicação Ementa	Última Ação	Casa Atual
1	PDS 00085/2015	Dep. Nelson Marquezelli - PTB/SP	Susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 20l2, e os arts. 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que repassa aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos.		14/03/2018: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O relator, senador Paulo Rocha, solicita o reexame da matéria.	Senado Federal

2	PLS 00024/2015	Sen. Wilder Morais - PP/GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais e de reúso de águas residuais em edificações executadas com recursos da União.	Dispõe sobre a exigência de sistemas de uso de águas pluviais e reuso de águas residuais, em edificações públicas ou privadas a serem executadas com recursos da União. Tipifica entre os crimes contra a administração ambiental a omissão do agente público federal em impor essa obrigação.	26/04/2018: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Airton Sandoval, para emitir relatório. O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015. (Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs: 112 de 2013; 13, 24, 108, 324 e 753, todos de 2015; e 58 de 2016).	Senado Federal

3	PLS 00058/2016	Sen. Jorge Viana - PT/AC	Disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas e altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	Disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas e altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	26/04/2018: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Airton Sandoval, para emitir relatório. O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015. (Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs: 112 de 2013; 13, 24, 108, 324 e 753, todos de 2015; e 58 de 2016).	Senado Federal

4	PLS 00191/2013 (Tramita em conjunto – PLS 304/2015)	Sen. Wilder Morais - PP/GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.	Dispõe que os projetos de novas edificações de propriedade da União deverão prever a instalação de sistemas de aproveitamento de águas de chuva a serem consumidas nas edificações, bem como a utilização de telhados ambientalmente corretos, da forma que define. Estabelece que os requisitos para o aproveitamento de água de chuva de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis são fornecidos pela NBR 15.527 (ABNT, 2007). Dispõe que todo edital de licitação de obras de construção de prédio público mencionará, expressamente, a obrigatoriedade de instalação de sistema de aproveitamento de águas de chuvas, bem como a obrigatoriedade da utilização de telhados ambientalmente corretos. Estabelece que as	SF: 20/11/2018: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta data, na secretaria da CMA. Matéria aguardando designação de relator. Tramitam em conjunto PLS nº 191/2013 e PLS nº 304/2015.	Senado Federal

				disposições da Lei não se aplicam quando, por meio de estudo por profissional habilitado, ficar comprovada a inviabilidade técnica de instalação do sistema.		

5	PEC 00050/2015	Sen. Romero Jucá - PMDB/RR	Altera o art. 20 da Constituição Federal, para possibilitar a alienação da propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acrescidos, e acrescenta ao texto constitucional o art. 168-A para dispor sobre a destinação dos recursos resultantes da alienação.	Altera a Constituição para dispor que a propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acrescidos pode ser alienada, na forma que especifica, e que o produto da alienação será destinado ao pagamento de investimentos, de ações estratégicas e despesas inscritas em restos a pagar, vedado, em qualquer caso, o pagamento de despesas de custeio, sem prejuízo da utilização de outras fontes de recursos.	17/02/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Roberto Rocha, para reexame do Relatório.	Senado Federal
6	PEC 00065/2012	Sen. Acir Gurgacz - PDT/RO	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental.	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental; dispõe que a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental importa autorização para a execução da obra, que não poderá ser suspensa ou cancelada pelas mesmas razões a não ser	01/12/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 154/2016-PRES-CAU/GO, de 26/10/2016, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, com manifestação sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012 (fls. 381 a 384 da	Senado Federal

				em face de fato superveniente.	PEC nº 65, de 2012). (Tramitam em conjunto as PECs nºs 65, de 2012 e 153, de 2015.)	

7	PLS 00087/2016	Sen. Raimundo Lira - PMDB/PB	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para priorizar o atendimento a estabelecimentos de ensino e de saúde no planejamento e na implantação dos serviços e ações de saneamento básico.	Altera a Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal.	03/04/2018: SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 170, de 2018, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicita, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, que sobre a presente matéria, além das comissões constantes do despacho inicial, seja submetida ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura, por versar de assunto correlato. O Requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente. Recebido em: PLEN - Secretaria de Atas e Diários em	Senado Federal

8	PLS 00013/2015	Sen. Humberto Costa - PT/PE	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.	Altera as Leis nºs 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água, como água de chuva e reuso de água.	26/04/2018: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Airton Sandoval, para emitir relatório. O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015. (Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs: 112 de 2013; 13, 24, 108, 324 e 753, todos de 2015; e 58 de 2016).	Senado Federal
9	PLS 00531/2015	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB	Disciplina a profissão de Agroecólogo.	Regulamenta a profissão de Agroecólogo.	29/05/2018: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Devolvido pelo Senador Wellington Fagundes, para redistribuição.	Senado Federal

10	PLS 00654/2015	Romero Jucá PMDB/RR	Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional.	Cria o licenciamento ambiental especial, procedimento administrativo específico destinado a licenciar empreendimentos de infraestrutura estratégicos.	11/04/2018: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Jorge Viana, para emitir relatório.	Senado Federal

11	PLS 00065/2014	Paulo Bauer PSDB/SC	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.	Altera a Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da cidade – para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos. Institui a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres. Define consórcio imobiliário e estabelece que deverão ser adquiridos pelo fundo específico todos os direitos reais ou possessórios incidentes sobre os imóveis, públicos e privados, localizados na área de abrangência do plano. Dispõe que o fundo específico atuará por delegação do Poder Público municipal e será gerido por instituição administradora selecionada mediante licitação. Estabelece que o fundo específico reger-se-á subsidiariamente pela	18/04/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 18/04/2018, a matéria é retirada de Pauta e devolvida ao gabinete do Relator, Senador Ronaldo Caiado, para reexame do Relatório.	Senado Federal

				Lei nº 8.668/1993. Define que o Poder Público poderá, independentemente de lei específica, requisitar imóveis localizados em áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres, com vistas à realização de obras de regularização, prevenção ou recuperação.		

12	PLS 00123/2012	Sen. Jorge Viana - PT/AC	Dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências.	Dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências; institui a figura jurídica da Área Rural Consolidada, definida como área de imóvel rural com ocupação antrópica pré-existente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias e atividades agrossilvipastoris; estabelece que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da lei; dispõe que durante o processo de regularização ambiental, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado e serão suspensas as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008,	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

				relativas à supressão irregular de vegetação em áreas de Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e áreas de uso restrito; estabelece que os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que realizaram supressão de vegetação nativa, respeitando os percentuais de Reserva Legal previstos pela legislação em vigor à época em que ocorreu a supressão, ficam dispensados de promover a recomposição, compensação, ou regeneração para os percentuais exigidos nesta lei.		

13	PLS 00382/2011	Vital do Rêgo MDB/PB	Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.	Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida; estabelece que os shopping centers terão obrigatoriamente em sua área de lazer, além de brinquedos comuns, outros adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.	SF: 17/10/2018: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Em reunião realizada em 17/10/2018, a apreciação da matéria foi adiada.	Senado Federal
14	PLS 00401/2013	Sen. ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB/SP	Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer como anexo do edital de licitação no caso de empreendimento para o qual seja obrigatório o licenciamento ambiental, a licença exigida pela legislação aplicável para a sua instalação.	22/03/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e devolvida ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para reexame do Relatório.	Senado Federal

15	PDS 00151/2014	Comissão de Meio Ambiente	Susta, por exorbitar do poder regulamentar, o art. 1º, item 16, da Resolução 417/1998 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos arts. 59 e 60 da Lei 5.194/1966.		19/01/2015: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único.	Senado Federal
16	PLS 00396/2014	Wilder Morais PP/GO	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor.	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, para dispor que o plano diretor deverá conter a delimitação das áreas verdes urbanas, previstas no art. 3º, inciso XX, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, bem como a delimitação das áreas urbanas a serem reflorestadas.	08/09/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento do Senador José Pimentel, que solicita a tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; e 58/2016, com os PLCS nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa,	Senado Federal

					nos termos do art. 266, do RISF.	
17	PLS 00208/2015	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB/RJ	Altera a Lei nº 6.766, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos.	Altera a Lei nº 6.766/1979 (Lei de Loteamento e Parcelamento do Solo) e a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos, estabelecendo que em um imóvel pode haver lotes de propriedade exclusiva e utilização independente. As servidões de direito público passam a integrar o domínio do Município desde o registro do loteamento.	13/02/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Devolvido pela Senadora Ana Amélia para redistribuição, por ter deixado de compor esta Comissão em 09/02/2017	Senado Federal

18	PLS 00667/2015	Sen. Reguffe - S/Partido/DF	Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.	Altera o Estatuto da Cidade, para redefinir o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo incluir obrigatoriamente diretrizes para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação.	09/09/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de Requerimento de tramitação conjunta, de autoria do Senador José Pimentel. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal
19	PLS 00304/2015	Sen. Davi Alcolumbre - DEM/AP	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de “Terraço Verde” nos locais que especifica e dá outras providências.	Dispõe que as edificações com mais de três pavimentos, em cidades com mais de quinhentos mil habitantes, adotarão sistema de cobertura mediante a aplicação de vegetação capaz de absorver o escoamento superficial das águas pluviais e diminuir as ilhas de calor (Terraço Verde), observadas as condições e prescrições técnicas que estabelece.	SF: 19/11/2018: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO Ação: Matéria constante da Pauta da 30ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, agendada para o dia 20/11/2018.	Senado Federal

20	PLS 00217/2014	Sen. Romero Jucá - PMDB/RR	Altera a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”.	Inclui os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”.	26/03/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 147, de 2018, do Senador Romero Jucá, que solicita a retirada da matéria. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal

21	PLS 00745/2015	Sen. Wilder Morais - PP/GO	Altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade); nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental.	Altera as Leis nº 10.257/01, Estatuto da Cidade; nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977/09, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427/96, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438/02, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental. Qualifica como improbidade administrativa o fornecimento de energia elétrica a assentamento irregular para o qual não haja projeto de regularização fundiária aprovado.	05/09/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de Requerimento do Senador José Pimentel, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 65 de 2014; 396 de 2014; 15 de 2015; 51 de 2015; 667 de 2015; 745 de 2015 e 58 de 2016; com os Projetos de Lei da Câmara (PLC) nºs 56 de 2014; 109 de 2014; 16 de 2016; e 17 de 2016; por versarem sobre matérias correlatas.	Senado Federal

22	PLS 00753/2015	Sen. Lídice da Mata - PSB/BA	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reúso.	Altera a Lei do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reuso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reuso.	26/04/2018: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Airton Sandoval, para emitir relatório. O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015. (Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs: 112 de 2013; 13, 24, 108, 324 e 753, todos de 2015; e 58 de 2016).	Senado Federal
23	PEC 00053/2007	Almeida Lima PMDB/SE	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	Determina, a partir das áreas provenientes da extinção do instituto do terreno de marinha, quais continuarão sob posse da União.	10/11/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Ricardo Ferraço deixar de compor esta Comissão em 09/11/2017. (Tramitam em conjunto as PECs nº 53, de 2007 e 56, de 2009)	Senado Federal

24	PEC 00056/2009	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB/RJ	Acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.	Estabelece competência à União de autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos, nos termos do inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários, mediante pagamento de valor equivalente à parcela do domínio detida pelo Poder Público, nos termos da lei.	10/11/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Ricardo Ferraço deixar de compor esta Comissão em 09/11/2017. (Tramitam em conjunto as PECs nº 53, de 2007 e 56, de 2009)	Senado Federal
25	PLS 00443/2013	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais.	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977/2009 (Minha Casa Minha Vida), para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais e assentamentos urbanos, equivalente a pelo menos uma árvore por unidade habitacional.	27/04/2017: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Matéria devolvida ao relator para reexame, em virtude da vigência da Medida Provisória nº 759, de 2016, que altera dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009. Anexado às fls. 19 a 25 o relatório apresentado.	Senado Federal

26	PLS 00189/2015	Sen. Randolfe Rodrigues - REDE/AP	Dispõe sobre a denominação e a redenominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.	Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços, monumentos públicos, exigindo que seja estabelecida por lei, atestada a alta relevância histórico-cultural pelo órgão de preservação do patrimônio histórico-cultural da União ou dos demais entes federativos.	20/10/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 19h03min. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
27	PEC 00071/2013	Sen. Ricardo Ferraço - PSDB/ES	Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.	Altera a Constituição Federal para estabelecer que são bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos, com exceção das áreas localizadas em ilhas costeiras, sede de Municípios.	14/06/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do dia. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal

28	PLS 00279/2016	Sen. ROMÁRIO - PSB/RJ	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 para dispor que nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria observando que a definição de projetos e adoção de tipologias construtivas que considerem os princípios do desenho universal.	SF: 17/10/2018: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Em reunião realizada em 17/10/2018, a apreciação da matéria foi adiada.	Senado Federal

29	PLS 00368/2012	Sen. Ana Amélia - PP/RS	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.	Altera a redação do § 9º e acresce § 10 ao art. 4º da Lei nº 12.651/12 (dispõe sobre a proteção da vegetação nativa) para considerar, no § 9º da mencionada Lei, como Área de Preservação Permanente, as áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, e respeitado, no que couber, o plano de defesa civil. Sendo que, de acordo como o § 10 da	SF: 27/11/2018: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Matéria não apreciada por não ter sido realizada a 14ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, agendada para o dia 27/11/2018.	Senado Federal

				mencionada Lei, no caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, observar-se-á o disposto nos respectivos Planos Diretores e Leis Municipais de Uso do Solo, respeitado, no que couber, o plano de defesa civil.		

30	PLS 00057/2017	Sen. Airton Sandoval - PMDB/SP	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre as operações urbanas consorciadas.	Aperfeiçoa o modelo institucional da operação urbana consorciada, criada pelo Estatuto da Cidade, pelo meio da qual são emitidos os chamados certificados de potencial adicional de construção (CEPAC), que financiam obras e investimentos necessários para a recuperação de áreas degradadas, sem a necessidade de onerar o orçamento público.	24/03/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
31	PEC 00061/2015	Sen. Gleisi Hoffmann - PT/PR	Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.	Acrescenta os §§ 19 e 20 ao art. 166 da Constituição Federal, para permitir que emendas individuais ao projeto de lei do orçamento anual aloquem recursos diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, indicando o ente federativo a ser beneficiado. Os recursos serão repassados independentemente de convênio.	07/02/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Votação, em primeiro turno. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal

32	PLS 00253/2016	Sen. TELMÁRIO MOTA - PDT/RR Sen. Telmário Mota - PTB/RR	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	03/07/2018: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: A reunião agendada para o dia 03/07/2018 foi cancelada.	Senado Federal
33	PLS 00550/2011	Sen. WALTER PINHEIRO - PT/BA	Altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior.	Altera a Lei Complementar nº 103/2000 para dispor que o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior não será fixado em valor inferior a R$ 1.635,00 (mil e seiscentos e trinta e cinco reais), a partir da data da publicação desta Lei Complementar, sendo que o valor será reajustado anualmente, sempre em 1º de janeiro de cada ano, pela variação integral anual do índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística - IBGE. Assunto: Educação - Social	23/03/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Juntei, de ordem da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Ofício nº 694 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), de 17/3/2017, com manifestação sobre a matéria (fls. 14 e 15).	Senado Federal

34	PLS 00317/2015	Sen. Dário Berger - PMDB/SC	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção de novos prédios públicos para a utilização em atividades que não necessitem de água potável.	Torna obrigatória a instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção e reforma de prédios públicos.	15/03/2018: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Relatoria avocada pelo Senador Davi Alcolumbre, Presidente da CMA.	Senado Federal
35	VET 00013/2018	Presidência da República	Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 1 de 2014 (nº 1.119/2015, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências".		26/06/2018: SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA Ação: Ao Plenário. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional em	Congresso Nacional

36	VET 00021/2018	Presidência da República	Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2018 (oriundo da Medida Provisória nº 817, de 2018), que "Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais nºs 60, de 11 de novembro de 2009, 79, de 27 de maio de 2014, e 98, de 6 de dezembro de 2017; dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998; e dá outras providências".		SF: 25/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: Remetido Ofício CN nº 491, de 24/10/18, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil ,que encaminha a Mensagem CN nº 95/18, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando que o Congresso Nacional manteve o Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7/18, (fls. 81 a 82). Remetido Ofício CN nº 492 de 24/10/18, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados participando que o Congresso Nacional manteve o Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 75/18. (fl.83). À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Congresso Nacional

37	VET 00023/2018	Presidência da República	Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2018 (oriundo da Medida Provisória nº 818, de 2018), que "Altera as Leis nºs 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana".		SF: 25/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: Remetido Ofício CN nº 493, de 24/10/18, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, que encaminha a Mensagem CN nº 96/18, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando que o Congresso Nacional manteve o Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 11/18, (fls. 13 a 14). Remetido Ofício CN nº 494 de 24/10/18, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados participando que o Congresso Nacional manteve o Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 11/18. (fl.15)). À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Congresso Nacional

38	PLS 00091/2014	Sen. Alvaro Dias - PODE/PR	Dá nova redação, acrescentando parágrafos, ao art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer que nenhuma licitação pode ser iniciada sem que os respectivos projetos básico e executivo estejam plenamente atendidos em todos os seus requisitos e atestados por parecer jurídico do órgão responsável pelo processo licitatório que comprove tal regularidade; estabelece que o não cumprimento da regra acima referida sujeita o dirigente do órgão responsável pelo processo licitatório a responder pelo crime de responsabilidade.	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

39	PLS 00426/2013	Sen. ALVARO DIAS - PV/PR Sen. Alvaro Dias - PODE/PR	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para dispor sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inc. XXI, da CF/88, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para instituir Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); estabelece que o concurso que tiver por objeto a seleção de estudos, investigações, levantamentos ou projetos a serem utilizados na preparação de concessão comum, patrocinada ou administrativa poderá ser realizado sob a forma de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); elenca informações que devem constar do edital do PMI; determina que o valor máximo de eventual remuneração pelo conjunto de estudos, investigações, levantamentos ou projetos não poderá ultrapassar 2,5% do valor total estimado dos	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

				investimentos necessários à implementação da respectiva concessão; determina que os interessados em apresentar projetos, estudos, levantamentos ou investigações deverão apresentar requerimento de autorização no qual conste o detalhamento das atividades que pretendem realizar; estabelece critérios para a referida autorização; também estabelece critérios para a avaliação e a seleção pela Administração dos estudos, investigações, levantamentos ou projetos; revoga expressamente o art. 21 da Lei nº 8987/95 – que Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências – e o art. 31 da Lei nº 9074/95 – que estabelece normas para		

				outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.		

40	PLS 00629/2015	Sen. Cristovam Buarque - PPS/DF	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto d 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, para incluir obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).	Inclui obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).	20/06/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Encaminhado ao Plenário para leitura de requerimento de retirada da matéria, do Senador Cristovam Buarque. Recebido em: SEADI - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
41	PLS 00292/2016	Sen. EDUARDO AMORIM - PSC/SE Sen. Eduardo Amorim - PSDB/SE	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o diploma aos concluintes das disciplinas de cursos de graduação oferecidos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil.	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) para assegurar o diploma aos concluintes dos cursos de graduação oferecidos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil, independentemente do resultado da defesa do trabalho de conclusão do curso.	21/06/2017: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Antonio Anastasia, para emitir Relatório.	Senado Federal

42	PLS 00496/2011	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a elaboração de projeto executivo anteriormente à abertura de licitações para a contratação de obras e serviços.	Altera a Lei nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, a fim de: a) tornar obrigatória a elaboração de projeto executivo antes da realização da abertura de licitações para a contratação de obras e serviços; b) reduzir os percentuais aplicáveis como limites ao valor dos termos aditivos - de 25% para 10% do total do contrato no caso de obras, serviços de engenharia; de 50% para 25% no caso de reforma de edifício ou equipamento; e de 25% para 5% no caso de compras; estabelece que a lei entrará em vigor decorridos 180 dias de sua publicação oficial.	10/03/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Aloysio Nunes Ferreira ter deixado de compor esta Comissão em 09/03/2017, para assumir cargo no Poder Executivo (of.98/2017-GLPSDB).	Senado Federal

43	PLS 00700/2015	Sen. Roberto Rocha - PSB/MA Sen. Roberto Rocha - PSDB/MA	Dispõe sobre a observância, no âmbito nacional, de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) quando da construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.462/2011 (que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC) para determinar a observância de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) para a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	04/11/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

44	PLS 00269/2016	Sen. Hélio José - PMDB/DF Sen. Hélio José - PROS/DF	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar obrigatoriedade de existência de projeto executivo de engenharia para lançamento de edital de concorrência de obras e/ou serviços de engenharia; para exigir a obtenção, anterior à licitação, da devida licença ambiental, quando necessária para a realização da obra ou do serviço; para prever a realização de prévio estudo de viabilidade técnico-econômica do objeto de concorrência de obra ou serviço de engenharia, pelo qual se demonstre que contribuirá para o desenvolvimento do país; para exigir que contratos de obras e/ou serviços de engenharia somente terão	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar obrigatoriedade de existência de projeto executivo de engenharia para lançamento de edital de concorrência de obras e/ou serviços de engenharia; para exigir a obtenção, anterior à licitação, da devida licença ambiental, quando necessária para a realização da obra ou do serviço; para prever a realização de prévio estudo de viabilidade técnico-econômica do objeto de concorrência de obra ou serviço de engenharia, pelo qual se demonstre que contribuirá para o desenvolvimento do país; para exigir que contratos de obras e/ou serviços de engenharia	21/06/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Devolvido pelo Senador Randolfe Rodrigues, para redistribuição.	Senado Federal

			início de execução diante de garantia dada pela Administração da disponibilidade dos recursos financeiros necessários, vinculados ao projeto até a sua conclusão; e para determinar ser obrigatória, no caso de obra e/ou serviço de engenharia, a aferição objetiva do cumprimento do objeto contratado, por meio de empresa especializada e independente.	somente terão início de execução diante de garantia dada pela Administração da disponibilidade dos recursos financeiros necessários, vinculados ao projeto até a sua conclusão; e para determinar ser obrigatória, no caso de obra e/ou serviço de engenharia, a aferição objetiva do cumprimento do objeto contratado, por meio de empresa especializada e independente.		

45	PLS 00441/2017	José Medeiros PODE/MT	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a paralisação de obras públicas.	Altera a Lei de Licitações para estabelecer situações em que será admitida a paralisação de obras públicas quando constatada alguma irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual.	29/11/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
46	RQS 00660/2015	Romero Jucá PMDB/RR	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014, passe a tramitar em separado.			Senado Federal
47	PLS 00198/2018	Cássio Cunha Lima PSDB/PB	Modifica a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), acrescentando § 5º ao seu art. 1.341, § 3º ao seu art. 1.350 e parágrafo único ao seu art. 1.355, a fim de facilitar a convocação de reuniões de condomínio e respectivas deliberações voltadas à realização de obras nas áreas comuns dos condomínios em edificações voltadas à promoção da acessibilidade das pessoas	Altera o Código Civil para facilitar a convocação de assembleia do condomínio e a deliberação sobre a realização de obras condominiais voltadas à promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	04/05/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

			portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.			
48	PLS 00168/2018	Sen. Acir Gurgacz - PDT/RO	Regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica.	Cria a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, estabelecendo normas gerais para o licenciamento de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente e institui a avaliação ambiental estratégica (AAE).	SF: 05/07/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Devolvido pelo relator, Senador Romero Jucá, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	Senado Federal
49	PLS 00303/2018	Hélio José PROS/DF	Institui a Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União.	Cria e regulamenta a instituição de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União.	28/06/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

50	PEC 00013/2014	Sen. ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB/SP	Inclui os arts. 18-A e 159-A e altera o art. 182 da Constituição Federal, para dispor sobre a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Altera a Constituição Federal para dispor sobre a criação e a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	09/03/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido, às 17h30, o relatório do Senador Ronaldo Caiado, com voto favorável à Proposta com a emenda que apresenta.	Senado Federal

51	PLS 00121/2014	Sen. Ana Amélia - PP/RS	Institui normas gerais sobre segurança contra incêndio e pânico.	Estabelece diretrizes gerais de segurança contra incêndio e pânico, visando à proteção da vida e à redução de danos ao meio ambiente e ao patrimônio. As referidas normas de segurança se aplicam às edificações, às atividades e às áreas de risco, urbanas e rurais, localizadas no território nacional, bem como às construções, às reformas, às ampliações ou às mudanças de atividade ou ocupação de imóveis. Dispõe sobre: a) a classificação das edificações e áreas de risco e das medidas de segurança; b) as exigências e a fiscalização; c) as responsabilidades; d) as penalidades e sua aplicação; e e) os locais de reunião de público. Estabelece que a lei entrará em vigor seis meses após sua publicação.	19/06/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa o Senador Acir Gurgacz Relator da Matéria.	Senado Federal

52	PLS 00324/2015	Sen. DONIZETI NOGUEIRA - PT/TO	Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.	Obriga que novas edificações, residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, tenham incluído no projeto técnico da obra item referente a captação e aproveitamento de águas pluviais e o seu reuso para fins não consuntivos em áreas comuns.	26/04/2018: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Airton Sandoval, para emitir relatório. O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015. (Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs: 112 de 2013; 13, 24, 108, 324 e 753, todos de 2015; e 58 de 2016).	Senado Federal

53	PLS 00015/2015	Sen. Ivo Cassol - PP/RO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais.	Altera a Lei nº 11.977/2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida) para exigir nos empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU a adequação ambiental do projeto, atendida, sem prejuízo de outros fatores, a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais.	SF: 08/08/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento do Senador José Pimentel, de tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; 58/2016; e dos PLC nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266, do RISF. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal.	Senado Federal

54	PEC 00153/2015	Sen. Raimundo Lira - PMDB/PB	Altera o art. 225 da Constituição Federal para incluir, entre as incumbências do poder público, a promoção de práticas e a adoção de critérios de sustentabilidade em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho.	Altera a Constituição Federal para estabelecer que para efetivar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público promover práticas e adotar critérios de sustentabilidade, em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho, bem como na aquisição de bens e contratação de serviços e obras.	01/12/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 154/2016-PRES-CAU/GO, de 26/10/2016, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, com manifestação sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012 (fls. 381 a 384 da PEC nº 65, de 2012). (Tramitam em conjunto as PECs nºs 65, de 2012 e 153, de 2015.)	Senado Federal

55	PLS 00087/2010	Eduardo Azeredo PSDB/MG	Dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências.	Dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados; define o que é serviço terceirizado; discrimina quais são os requisitos exigidos para o contrato de terceirização, além dos exigidos pela lei civil, bem como os documentos que devem ser apresentados pela contratada; aduz quais são os direitos, deveres e responsabilizações das partes no contrato de terceirização; define que o recolhimento das contribuições previdenciárias no regime de terceirização regulado por esta Lei observará o disposto no art. 31 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 e que o descumprimento do disposto nesta Lei sujeita a empresa infratora ao pagamento de multa administrativa de R$200,00 (duzentos reais) por empregado prejudicado; esta lei entra em vigor no prazo de 180	19/06/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição. (Tramitam em conjunto os Projetos de Lei da Câmara nºs 30/2015, 195/2015 e os Projetos de Lei do Senado nºs 87/2010, 447/2011 e 339/2016).	Senado Federal

				(cento e oitenta dias) da data de sua publicação.		

56	PLS 00196/2016	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB/RJ	Altera o art. 40 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir que o edital de licitação de obra pública preveja a obrigatoriedade de revisão do cálculo estrutural por consultoria independente.	Altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever a exigência de revisão do cálculo estrutural, bem como de aferição das peças estruturais, previamente à concretagem, por consultoria independente, quando se tratar de licitação de obras públicas que possam expor seus usuários a risco.	16/05/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
57	PLS 00195/2013	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB	Altera o art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a abertura de processo licitatório para a contratação de obras com valor estimado igual ou superior a cem milhões de reais à elaboração prévia de projeto executivo.	Altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir o projeto executivo prévio nas licitações para contratação de obras com valor estimado superior a 100 milhões de reais.	20/06/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido às 15h15min o Relatório do Senador Ricardo Ferraço, com voto pela aprovação do Projeto. Matéria pronta para a pauta na comissão.	Senado Federal

58	PLS 00280/2017	Sen. Antonio Anastasia - PSDB/MG	Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação, no âmbito da Administração Pública Federal, do serviço público de fiscalização administrativa a particulares.	Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação a particulares do serviço público de fiscalização administrativa, autorizado por lei especial.	07/02/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Na 1ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 2, de 2018-CCJ, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria (fls. 48 e 49).	Senado Federal
59	PLS 00377/2014	Sen. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, entre outras providências, para exigir, na contratação integrada de obras e serviços de engenharia, a explicitação de uma "matriz de riscos" no instrumento convocatório e na minuta contratual.	Acrescenta alínea ao inciso I do § 2º do art. 9º da Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC), para exigir a inclusão, na contratação integrada de obras e serviços de engenharia, de uma "matriz de riscos" no instrumento convocatório e na minuta contratual, em que sejam detalhados os riscos inerentes à consecução do objeto licitado, bem como a repartição prévia das responsabilidades e	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

				dos ônus cabíveis a cada uma das partes.		
60	PLS 00447/2012	Sen. Acir Gurgacz - PDT/RO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Acrescenta § 2º, renomeando o atual parágrafo único como § 1º, ao art. 8º da Lei 8.666/93 (regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública), para vedar, após o início da execução de obra, a suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.	09/05/2018: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Matéria não apreciada na sessão de 09.05.2018. Aguardando nova inclusão em ordem do dia.	Senado Federal

61	PLS 00167/2015	Sen. Roberto Requião - PMDB/PR	Estabelece o estatuto jurídico das empresas estatais, previsto no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, inclusive das empresas estatais de que trata o § 1º do art. 177 da Constituição Federal.	Regulamenta o disposto no art. 173, § 1º, III, da Constituição Federal, estabelecendo estatuto jurídico da empresa pública, sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica, dispondo sobre a licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações.	20/03/2017: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O relator, senador Tasso Jereissati, solicita o reexame da matéria.	Senado Federal
62	PLS 00222/2015	Sen. Wilder Morais - PP/GO	Estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais e cria o Cadastro Brasil Eficiente – CBE.	Estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais e cria o Cadastro Brasil Eficiente – CBE.	01/03/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento do Senador Ataídes Oliveira que solicita a tramitação conjunta da matéria com o PLS 538/2011. Recebido em: SEADI - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal

63	PLS 00011/2014	Sen. Flexa Ribeiro - PSDB/PA	Acrescenta o art. 7º-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar o uso de tabelas de referência na fixação dos custos unitários máximos nos orçamentos de obras e serviços de engenharia contratados pela Administração Pública.	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para dispor sobre os custos unitários das obras e serviços de engenharia contratados por órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou com recursos dos Orçamentos da União. Altera o mesmo diploma legislativo para estabelecer que, para os fins da lei, o Projeto Básico deverá conter a anotação de responsabilidade técnica pelo orçamento detalhado, o qual deverá ser compatível com os custos do sistema de referência, na forma da lei.	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

64	PLS 00513/2011	Sen. Vicentinho Alves - PR/TO	Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.	Institui normas gerais para a contratação de PPP, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a construção e administração de estabelecimentos penais; prevê no art. 2º que a parceria público privada para os estabelecimentos penais poderá abranger condenados e provisórios, submetidos a qualquer regime de pena; prevê nos arts 3º, 4º e 5º que a PPP é um contrato de concessão administrativa que deverá ser precedida de licitação; as diretrizes na contratação da PPP; e que os cargos de diretor e vice-diretor do estabelecimento penal serão ocupados por servidores públicos de carreira, respectivamente; prevê no art. 6º que o concessionário disponibilizará e manterá para os presos assistência jurídica; acompanhamento médico, odontológico e	24/11/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Paulo Paim.	Senado Federal

				nutricional; programas de ensino fundamental, de capacitação profissional e de esporte e lazer; corpo técnico para a elaboração e execução dos programas de individualização de pena; e programa de atividades laborais; prevê nos arts. 8º, 7º, 9º e 10º quais os requisitos que os estabelecimentos penais deverão atender; a possibilidade de o concessionário subcontratar serviços ou partes da obra; a forma como o concessionário será remunerado; e liberdade para concessionário explorar o trabalho dos presos e utilizar ambientes do estabelecimento penal para a comercialização de produtos e serviços oriundos desse trabalho, respectivamente; prevê no art. 11 que a mão-de-obra do preso poderá ser explorada diretamente pelo concessionário ou ser		

				subcontratada; prevê no art. 12 que o concessionário poderá apresentar ao juiz da execução proposta mais benéfica da remição em relação à prevista no art. 126 da Lei nº 7.210/84; prevê no art. 13 as atribuições do Poder Público (transferir presos, fazer escoltas e transporte para tribunal e outras); prevê no art. 14 que o contrato de PPP poderá ser rescindido pelas partes nas hipóteses em que o desempenho não atenda aos critérios de avaliação previstos em contrato; prevê nos arts. 15 e 16 que é permitida a participação de empresas ou grupos com capital estrangeiro nos contratos de que trata esta Lei; e que dos estabelecimentos serão fiscalizados pelo juízo da execução penal, pelo Ministério Público, pelo Conselho Penitenciário e pelo Departamento		

				Penitenciário local; prevê no art. 17 que os art. 29, 32, 33, 36, 37, 76, 77 e caput do art. 88 da Lei nº 7.210/84, não se aplicam para o caso de parceria público privada da administração do estabelecimento penal e que as disposições referidas ficarão a critério do que for estabelecido no contrato; prevê no art. 18 que se aplicam subsidiariamente as disposições da Lei nº 11.079/04 (Institui normas gerais para licitação e contratação de PPP no âmbito da administração pública) e da Lei nº 7.210/84 (institui a Lei de Execução Penal).		

65	PLS 00538/2011	Sen. Ataídes Oliveira - PSDB/TO	Altera os arts. 2º e 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para criar a Carteira de Projetos da Administração Pública, estabelecer medidas de controle das obras públicas e adotar outras providências.	Altera a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para criar a Carteira de Projetos da Administração Pública, estabelecer medidas de controle das obras públicas e adotar outras providências; define como projetos não adequadamente atendidos as obras suspensas cautelarmente pelos tribunais ou conselhos de contas e as obras em relação às quais, por determinação da comissão do respectivo Poder Legislativo encarregada de examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei dos orçamentos, vigore suspensão cautelar das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou	16/04/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

				de etapa, parcela, trecho ou subtrecho.		

66	PLS 00604/2015	Sen. José Serra - PSDB/SP	Altera o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os valores de que trata o dispositivo.	Altera a Lei 8.666/1993 para atualizar os valores limites das modalidades de licitações, sendo, para obras e serviços de engenharia: convite até R$ 450.000,00; tomada de preços até R$ 4.500.000,00; concorrência - acima de R$ 4.500.000,00; e para compras e serviços: convite até R$ 240.000,00; tomada de preços até R$ 1.950.000,00; e concorrência acima de R$ 1.950.000,00.	SF: 05/07/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Devolvido pelo relator, Senador Romero Jucá, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	Senado Federal

67	PLS 00444/2013	Sen. Paulo Bauer - PSDB/SC	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, e a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a concessão de obra pública.	Altera a Lei nº 8987/95 – que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências – para estabelecer novas definições para: a) poder concedente; b) concessão de serviço púbico; c) concessão de obra pública; d) obra pública; determina que a concessão de obra pública ou de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública seja formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos da presente Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação; estabelece que a concessão de obra pública ou de serviço público precedido da execução de obra pública ocorrerá atendidas as condições que especifica; determina que toda concessão de obra pública ou de serviço público, precedida ou não	23/03/2017: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O presidente da Comissão, senador Tasso Jereissati, designa o senador Romero Jucá relator da matéria.	Senado Federal

				da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório; prevê modificações nas hipótese em que o edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento; estabelece que antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir seu objeto; determina que o contrato de concessão poderá prever, para disputada entre a concessionária e o poder concedente ou proprietários de imóveis declarados de utilidade pública, decorrentes ou relacionadas ao contrato,		

				o emprego de mecanismos privados de resolução, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa; altera a Lei nº 11079/04 – que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública – para estabelecer que a concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8987/95, quando envolver, adicionalmente às formas de remuneração e amortização nela previstas, contraprestação pecuniária da Administração Pública à concessionária.		

68	PLS 00554/2013	Pedro Taques PDT/MT	Altera a redação do inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, dentre os requisitos principais considerados nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços a serem executados por meio de contrato com a Administração Pública, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.	Altera o inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", dispondo que nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: funcionalidade e adequação ao interesse público, com especial atenção, quando for o caso, às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

69	PLS 00271/2012	Lobão Filho MDB/MA	Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em obras, serviços ou compras.	Altera a Lei nº 8.666/1993 no que tange à alteração nos contratos regidos por esta Lei, para dispor que o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato.	26/06/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Wilder Morais, para emitir relatório.	Senado Federal
70	PLS 00408/2012	Rodrigo Rollemberg PSB/DF	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	Altera a redação do inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766/79 (que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências), para aumentar, de 15 (quinze) para 30 (trinta) metros, a faixa não edificável dos loteamentos ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	SF: 27/11/2018: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Matéria não apreciada por não ter sido realizada a 14ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, agendada para o dia 27/11/2018.	Senado Federal

71	PLS 00049/2014	Inácio Arruda PCdoB/CE	Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus.	Altera a Lei nº 11.904/09 – que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências – para estabelecer que o acesso às instituições museológicas participantes do Sistema Brasileiro de Museus é gratuito aos estudantes de artes, museologia, arquitetura, audiovisual, música, design e moda.	SF: 27/11/2018: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Em reunião realizada em 27/11/2018, a apreciação da matéria foi adiada.	Senado Federal

72	PLS 00056/2012	Sen. Pedro Taques - PDT/MT	Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.	Estabelece, nos termos do inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal, normas de execução, fiscalização, controle e recebimento na contratação de obras públicas, aplicando-se à União, aos Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios, inclusive autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem exclusão dos princípios e normas gerais contidos nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02 (art. 1º e 2º); define sobrepreço, superfaturamento, jogo de planilha (art. 3º); estabelece de forma clara e objetiva as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o projeto básico de obra ou serviço de engenharia, define empreitada por preço global e o que o contrato firmado por essa	13/02/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria retirada de pauta para redistribuição, em virtude de o Senador Alvaro Dias deixar de compor esta Comissão em 9/2/2017.	Senado Federal

				modalidade deverá conter, define a empreitada por preço unitário e suas disposições específicas, define empreitada integral e suas disposições específicas (arts. 4º, 5º, 6º e 7º); traça parâmetros de responsabilidade técnica pela execução e fiscalização.		

73	PEC 00014/2015	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Altera o art. 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	05/10/2017: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Primeira sessão de discussão, em primeiro turno. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal

74	PLS 00118/2012	Lúcia Vânia PSB/GO	Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.	Altera a Lei 8.666, de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", no art. 40 para que o edital licitatório indique, obrigatoriamente, no caso de obras e de serviços de engenharia, a definição das informações referentes aos estágios dos cronogramas físico e financeiro, aptas a permitir que se afiram objetivamente os respectivos andamentos, constituindo obrigação contratual o seu fornecimento ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e, quando solicitado, ao Ministério Público, e a definição da periodicidade, nunca superior a 1 (um) ano, em que deverão ser prestadas pelo contratado estas informações; define como	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

				cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam que quando a contratação envolver obras ou serviços de engenharia, preveja obrigação do contratado de dar conhecimento ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e, quando solicitado, ao Ministério Público dos correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, com as informações e em periodicidade nunca superior a 1 (um) ano, definidas no contrato, de forma que seja possível aferir objetivamente os seus andamentos; e as cláusulas que estabeleçam a suspensão dos pagamentos ao contratado que descumprir esta obrigação, até que seja regularizada sua situação; define que a pena de multa cominada nos arts. 89 a 98-A desta Lei consista no		

				pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente; acresce à lei art. 98-A cominando detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, para quem deixar, nos contratos que envolvam obra ou serviço de engenharia, de suspender os pagamentos ao contratado que não cumprir a obrigação de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e, quando solicitado, ao Ministério Público as informações referentes aos correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro.		

75	PLS 00236/2012	José Sarney PMDB/AP	Reforma do Código Penal Brasileiro.	Institui novo Código Penal, sendo divido em Parte Geral (art. 1º ao 120) e Parte Especial (art. 121 ao 541). Sendo a Parte Geral dividida nos seguintes Títulos: I - Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 13); II - Do Crime (art. 14 ao 44); III - Das Penas (art. 45 ao 70); VI - Da Individualização das Penas (art. 71 ao 94); V - Medidas de Segurança (art. 95 ao 98); VI - Ação Penal (art. 99 ao 104); VII - Barganha e Colaboração com a Justiça (art. 105 ao 106); VIII - Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120). A Parte Especial tem os seguintes Títulos: I - Crimes Contra a Vida (art. 121 ao 154); II - Crimes Contra o Patrimônio (art. 155 ao 171); III - Crimes contra a Propriedade Imaterial (art. 172 ao 179); IV - Crimes Contra a Dignidade Sexual (art. 180 ao 189); V - Crimes Contra a Incolumidade Pública; VI - Crimes	SF: 23/10/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Ação: Encaminhado o PLS nº 542, de 2011, à Secretaria-Geral da Mesa para atender a solicitação constante do OF. SF/1140/2018, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento, formulado pelo Senador Reditário Cassol, para apreciação da matéria pelo Plenário do Senado Federal, nos termos do art. 172, I do Regimento Interno do Senado Federal (fls. 18 e 19 do PLS nº 542, de 2011). (Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: Projetos de Lei da Câmara nºs 80, 81 e 82, de 2012; 9 e 10, de 2013; 24, de 2015; e os Projetos de Lei do Senado nºs 233, 236 e 237, de 2009; 50, 90, 101, 125, 150, 166, 183, 282, 306, 308, 337, 358, 359, 367, 385, 386, 410, 419, 422,	Senado Federal

				Cibernéticos (art. 208 ao 211), VII - Crimes Contra a Saúde Pública (art. 212 ao 238); VIII – Crimes Contra a Paz Pública (art. 239 ao 258); IX - Crimes Contra a Fé Pública (art. 259 ao 270); X – Crimes Contra a Administração Pública (art. 271 ao 324); XI – Crimes Eleitorais (art. 325 ao 338); XII - Dos Crimes Contra as Finanças Públicas (art. 339 ao 347); XIII – Crimes Contra a Ordem Econômico-Financeira (art. 348 ao 387); XIV – Crimes contra Interesses Metaindividuais (art. 388 ao 451); XV – Crimes Relativos a Estrangeiros (art. 452 ao 457); XVI – Crimes Contra os Direitos Humanos (art. 458 ao 503); XVII – Crimes de Guerra (art. 504 ao 541). O Código entrará em vigor noventa dias após a data de sua publicação (art. 542). Indica, de forma específica, todas as disposições legais que	427, 456, 457, 481, 484, 501, 520, 555, 567, 646, 653, 656, 674, 675, 676, 683, 707, 725, 731, 734, 748, 762 e 763, de 2011; 58, 68, 122, 131, 177, 223, 232, 285, 287, 328, 363, 372, 399, 411 e 453, de 2012; 41, 55, 78, 87, 104, 111, 147, 228, 243, 357, 404, 429, 451, 490 e 516, de 2013; 117, 118, 181, 243, 658, de 2015; 22 e 80, de 2016). (Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 236/2012 e PLS 150/2015). Recebido em: PLEN - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em	

				serão revogadas (art. 543).		

76	PLS 00465/2016	Sen. Lindbergh Farias - PT/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências	Altera a Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, assim como as Leis nº 6.015/1973, 11.952/2009, 11.483/2007, 6.766/1979, 10.931/2004 e 12.024/2009, para estabelecer adequações operacionais no Programa, determinar a distribuição regional de recursos proporcionalmente ao déficit habitacional, prever instalação de unidades comerciais, modificar aspectos de regularização fundiária, fixar procedimentos de registro de imóveis e alterar o regime de pagamento unificado de tributos pelas construtoras contratadas, abrangendo projetos de construção mista, com unidades habitacionais e comerciais.	15/05/2018: CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Dário Berger, para emitir relatório.	Senado Federal

77	PLS 00465/2012	Sen. Valdir Raupp - PMDB/RO	Altera os arts. 17, 21, 24, 26, 38, 46 e 109, acrescenta arts. 52-A, 52-B e 111-A, e revoga o § 2º do art. 50, todos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para revisar aspectos diversos da Lei de Direitos Autorais.	Modifica a Lei nº 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, para revisar diversos aspectos da Lei de Direitos Autorais; estabelece que os serviços de registro deverão divulgar, a pedido de qualquer interessado e mesmo sem prova de legítimo interesse, os nomes dos titulares de direitos da obra registrada, bem como o prazo de vigência da proteção conferida a tais direitos; dispõe que o autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o preço praticado em cada revenda de obra de arte ou manuscrito, sendo originais; define que a obra intelectual realizada por empregado ou comissário poderá ser utilizada pelo empregador ou comitente, em caráter	01/09/2015: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Na 41ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Randolfe Rodrigues, atendendo a pedido.	Senado Federal

				temporário ou permanente, sem ônus, sempre que tal utilização estiver limitada aos objetivos pactuados no contrato e tiver conexão com a atividade econômica exercida pelo empregador ou comitente; estabelece que se o titular da obra não for identificável, poderá qualquer interessado, perante a autoridade administrativa ou judicial competente, obter a licença compulsória de direitos de uso e de exploração da obra, em caráter oneroso, sem exclusividade e limitada ao fim proposto, desde que comprove haver empregado todos os meios razoáveis para identificar o titular e obter a autorização prévia necessária.		

78	PLS 00099/2013	Sen. Acir Gurgacz - PDT/RO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Altera a Lei nº 8666/93 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer que, uma vez iniciada a execução da obra, é vedada sua suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.	30/09/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 16h39min. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
79	PLS 00037/2011	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB/RJ	Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.	Altera o art. 16 da Lei 9.427/1996 para obrigar as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica a substituírem as redes aéreas de distribuição de energia elétrica por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes.	SF: 23/08/2018: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Devolvido pelo relator, Senador Elmano Férrer, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	Senado Federal

80	PLS 00193/2013	Sen. Pedro Taques - PDT/MT	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.	Altera a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, para determinar que também subordinam-se ao regime desta Lei a Ordem dos Advogados do Brasil e os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

81	PLS 00066/2014	Paulo Bauer PSDB/SC	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos. Redefine a limitação por meio de nova redação ao inciso III do art. 4º passando da redação dada pela Lei 10.932, de 2004, segundo a qual "III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;" para: "III - serão reservadas faixas não-edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o	SF: 27/11/2018: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Matéria não apreciada por não ter sido realizada a 14ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, agendada para o dia 27/11/2018.	Senado Federal

				conforto da população e a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural"; e altera a redação do § 3º do mesmo dispositivo, passando de "§ 3o Se necessária, a reserva de faixa não-edificável vinculada a dutovias será exigida no âmbito do respectivo licenciamento ambiental, observados critérios e parâmetros que garantam a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme estabelecido nas normas técnicas pertinentes." para: "§ 3º As faixas não-edificáveis e limitações de que trata o inciso III do caput deste artigo incorporarão as servidões e restrições vinculadas a infraestruturas de transporte, saneamento, energia e telecomunicações ou fixadas em ato administrativo editado no âmbito das políticas de proteção do meio		

				ambiente e do patrimônio cultural.", adota, conforme justifica, "previsão genérica de que sejam reservadas faixas não-edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural, vinculadas a infraestruturas de transporte, saneamento, energia e telecomunicações ou fixadas em ato administrativo editado no âmbito das políticas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural. Substitui-se um critério rígido por um princípio flexível, a ser operacionalizado no contexto de cada projeto de parcelamento do solo".		

82	PLS 00274/2016	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB	Dispõe sobre o seguro garantia de execução de contrato na modalidade segurado setor público, determinando sua obrigatoriedade em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços, de valor igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), alterando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 para estabelecer o limite de cobertura do seguro garantia em 100% (cem por cento) do valor do contrato, além de prever outras providências.	Regulamenta a obrigatoriedade de contratação de seguro garantia pelo tomador em favor da Administração Pública, em contratos públicos com valor global igual ou superior a dez milhões de reais, cobrindo a totalidade do valor do contrato, estabelecendo critérios objetivos para orientar a atuação dos administradores públicos perante os tomadores e as seguradoras, de modo a limitar a possibilidade de corrupção e de manipulação de preços.	10/07/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, designa Relator da matéria o Senador Wilder Morais.	Senado Federal
83	PLS 00268/2016	Sen. TELMÁRIO MOTA - PDT/RR Sen. Telmário Mota - PTB/RR	Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações	Exige prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, nas contratações de obras, serviços e compras, que deverá observar o limite mínimo de 25% do valor do contrato, podendo alcançar até o seu valor integral, a critério da autoridade competente.	13/07/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

			de obras, serviços e compras públicas.			
84	PLS 00011/2015	Sen. JOSÉ MEDEIROS - PPS/MT	Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Permite a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	SF: 20/11/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que solicita a tramitação conjunta do PLS nº 48, de 2012, com os Projetos de Lei do Senado, nº 581, de 2007; nº 466, de 2009; nº 235, de 2012; nº 11, nº 322, nº 337, nº 371, nº 454, nº 625, nº 681, nº 703, nº 715 e nº 749, de 2015; nº 113, nº 186, nº 321, nº 322, nº 376, nº 390 e nº 392, de 2016; nº 415, de 2017; nº 30, nº 229 e nº 289, de 2018; e PLC 149, de 2017, por versarem sobre matérias correlatas. ********** Retificado em 20/11/2018********** Aguardando leitura de requerimento, do Senador	Senado Federal

					Fernando Bezerra Coelho, que solicita a tramitação conjunta do PLS nº 48, de 2012, com os Projetos de Lei do Senado, nº 581, de 2007; nº 466, de 2009; nº 235, de 2012; nº 11, nº 322, nº 337, nº 371, nº 454, nº 625, nº 681, nº 703, nº 715 e nº 749, de 2015; nº 113, nº 186, nº 321, nº 322, nº 376 e nº 390, de 2016; nº 415, de 2017; nº 30, nº 229 e nº 289, de 2018; e PLC 149, de 2017, por versarem sobre matérias correlatas. ********** Retificado em 22/11/2018********** Em 21/11/2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho apresentou novo requerimento de tramitação conjunta para as matérias acima referidas, no qual retirou o PLS 392/2016. Recebido em: SEADI - Plenário do Senado Federal em	

85	INC 03070/2017	Leandre PV/PR	Sugere ao Ministério da Educação a inclusão do desenho universal e seus princípios nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos superiores de graduação em engenharia e arquitetura.		12/06/2018: 1SECM - Primeira Secretaria Encaminhamento de resposta conforme Ofício 1ªSec/RI/I/n. 2241/18, de 12/06/2018	Câmara dos Deputados
86	MPV 00844/2018 MPV 00844/2018	Presidência da República	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País.		CD: 22/11/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Of n. 561-CN, de 22/11/18, comunica o término do prazo integral de vigência da Medida Provisória n. 844, de 2018, que expirou em 19/11/2018. SF: 22/11/2018: SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional Ação: Juntados - o Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 70, de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 22/11/2018, que informa o encerramento do prazo de vigência da presente Medida Provisória no dia 19/11/2018 (fl. 1312); - Cópia do Ofício nºs 561/2018 (CN), que	Câmara dos Deputados

					comunica ao Presidente da Câmara dos Deputados o término do prazo de vigência da presente Medida Provisória, e cópia do Ofício nº 560/2018 (CN), que encaminha a Mensagem nº 128/2018 (CN), a qual comunica ao Presidente da República o término do prazo de vigência da presente Medida Provisória (fls. 1313 a 1315).	

87	MPV 00818/2018 MPV 00818/2018	Presidência da República	Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.		CD: 05/09/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Of n. 428-CN, de 05/09/18, comunica o término do prazo para edição do Decreto Legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória n. 818, de 2018 e informa a extinção da Comissão Mista. SF: 03/09/2018: SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional Ação: Em 01-09-2018, esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória, cuja vigência encerrou-se em 20-06-2018, com a publicação da Lei nº 13.683, de 2018, sancionada em 19-06-2018 (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal). É	Senado Federal

					extinta a Comissão Mista destinada a apreciar a matéria (§ 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN). Será feita comunicação à Câmara dos Deputados. À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo. (Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional - DCN - de 06-09-2018). Recebido em: SEXPE - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional em 03/09/2018	

88	MPV 00817/2018 MPV 00817/2018	Presidência da República	Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências.	Revoga dispositivos da Lei nº 12.249, de 2010. Revoga as Leis nº 12.800, de 2013 e 13.121, de 2015.	CD: 05/09/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Of n. 427-CN, de 05/09/18, comunica o término do prazo para edição do Decreto Legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória n. 817, de 2018 e informa a extinção da Comissão Mista.	Câmara dos Deputados

89	PDC 00707/2017	Dep. Paulo Teixeira - PT/SP	Susta o Decreto 9.076, de 7 de junho de 2017, que dispôs sobre a Conferência Nacional da Cidades.		11/07/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA).	Câmara dos Deputados
90	PDC 00733/2017	Dep. Orlando Silva - PCdoB/SP	Susta a Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017, republicada em 21 de junho de 2017, do Ministério da Educação, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.		20/06/2018: CE - Comissão de Educação Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CE, pela Deputada Professora Marcivania (PCdoB-AP).	Câmara dos Deputados
91	PDC 00054/2015	Dep. Luiz Carlos Hauly - PSDB/PR	Susta os efeitos do Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015 que Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.		08/12/2016: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS)	Câmara dos Deputados

92	PDC 00901/2018	Dep. Ricardo Izar - PP/SP	Susta os efeitos da Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013, editada pelo Conselho Arquitetura e Urbanismo - CAU.		04/04/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
93	PEC 00285/2008	Dep. Zezeu Ribeiro - PT/BA Angela Amin	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.	Conhecida como " PEC da Habitação ".	19/08/2015: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 2754/2015, pelo Deputado Marcos Abrão (PPS-GO), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2008, que "Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social"".	Câmara dos Deputados

94	PEC 00039/2011	Dep. Jose Chaves - PTB/PE	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.		CD: 26/11/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Publicado em avulso e no DCD de 27/11/2018, Letra B.	Câmara dos Deputados

95	PEC 00185/2003	Dep. Pedro Henry - PP/MT	Dá nova redação ao inciso XIII do art. 5º , XXIV do art. 21, IX do art. 103 e XII do art. 109 da Constituição Federal e dá outras providências.	Inclui os Conselhos de Fiscalização Profissional como agentes fiscalizadores das atividades profissionais, dando-lhes poder para solicitar ação de inconstitucionalidade; regula o regime de trabalho dos servidores destes Conselhos e extingue a competência privativa da União de fixar contribuição social, transferindo aos Conselhos Federais de profissões regulamentadas.	19/03/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-994/2015.	Câmara dos Deputados

96	PEC 00016/2015	Dep. Heráclito Fortes - PSB/PI	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do ADCT (Ato das Disposições ConstitucionaisTransitórias) e dá outras providências.	Estabelece que os bens públicos definidos como terrenos de marinha e seus acrescidos passarão a integrar o patrimônio dos Municípios.	30/06/2015: PEC03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados

97	PEC 00027/2015	Dep. Cesar Souza - PSD/SC	Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Constituição Federal, revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o §3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir os terrenos de marinha e seus acrescidos e dá outras providências.		30/06/2015: PEC03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados

98	PEC 00030/2015	Dep. Lelo Coimbra - PMDB/ES	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.		30/06/2015: PEC03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
99	PEC 00425/2018	João Paulo Papa PSDB/SP	Dá nova redação aos Artigos 6º e 23 da Constituição Federal para dispor sobre o saneamento básico como direito social e o acesso aos serviços públicos de saneamento básico como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		28/06/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados

100	PEC 00085/2015	Alan Rick PRB/AC	Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a acessibilidade e a mobilidade urbana no rol dos direitos sociais.		16/06/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 17/06/17 PÁG 115 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados
101	PEC 00326/2017	Dep. Laudivio Carvalho - SD/MG Dep. Laudivio Carvalho - PODE/MG	Altera o §1º, do art.182 da Constituição Federal, tornando obrigatória a elaboração do Plano Diretor para as cidades.		01/08/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Moses Rodrigues (PMDB-CE)	Câmara dos Deputados
102	PL 07903/2017	Dep. Francisco Floriano - DEM/RJ	"Dispõe sobre a utilização parcial de água de reuso para fins não potáveis pelo Poder Público Federal".		CD: 21/11/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Recebimento pela CDU, apensado ao PL-531/2015	Câmara dos Deputados
103	PL 07750/2017	Aureo SD/RJ	Dispõe sobre a utilização do símbolo internacional de acessibilidade; modifica a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e dá outras providências.		29/06/2017: CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

104	PL 07622/2017	Dep. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - PTN/TO Dep. Carlos Henrique Gaguim - PODE/TO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tratar da responsabilidade civil por danos decorrentes de defeitos construtivos em imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida.		25/05/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 26/05/2017.	Câmara dos Deputados
105	PL 07592/2017	Dep. Paulo Abi-ackel - PSDB/MG	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para incluir a construção de hospitais e escolas dentre as atividades consideradas de interesse social para efeito de supressão de Área de Preservação Permanente.		25/10/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
106	PL 07646/2017	Dep. Cesar Souza - PSD/SC	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as áreas de preservação permanente em perímetro urbano e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas		04/07/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. Afonso Florence (PT-BA)	Câmara dos Deputados
107	PL 09610/2018	Dep. João Paulo Papa - PSDB/SP Dep. João Paulo Kleinübing - PDS/SC	Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole.		05/03/2018: CVT - Comissão de Viação e Transportes Recebimento pela CVT.	Câmara dos Deputados

		Dep. João Paulo Kleinübing - PSD/SC Dep. João Paulo Kleinübing - DEM/SC				
108	PL 09652/2018	Dep. Heuler Cruvinel - PSD/GO	Dispõem sobre fixação de número máximo de reeleição de dirigente de instituições colegiadas, associações, condomínios, sindicatos, federações, confederação, conselhos profissionais, conselhos fiscal público e privado, conselhos administrativos públicos e privados e correlatos ou similares de natureza privada e pública na esfera municipal, estadual, distrital e federal. Limitando a dois mandatos consecutivos no mesmo órgão colegiado e dá outras providencias.		30/05/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

109	PL 09663/2018	Dep. Pedro Cunha Lima - PSDB/PB	Altera a Lei nº 9.659, de 27 de maio de 1998, para determinar que os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas mantenham listagem dos profissionais credenciados, contendo as informações que especifica.		CD: 28/11/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor Publicado em avulso e no DCD de 29/11/2018, Letra A.	Câmara dos Deputados
110	PL 09638/2018	Dep. Vanderlei Macris - PSDB/SP	Dispõe sobre a instalação de barras de apoio de mão nos boxes para banho destinadosà utilização de híospedes de empreendimentos ou estabelecimentos que prestem serviços de alojamento temporário, e dá outras providências		10/05/2018: CTUR - Comissão de Turismo Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 11/05/2018)	Câmara dos Deputados
111	PL 09735/2018	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Dispõe sobre a exigência de licença ambiental prévia para a licitação de obras públicas.	Altera a Lei nº 8.666, de 1993.	19/03/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados

112	PL 09746/2018	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Dispõe sobre a padronização e certificação de procedimentos de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.		CD: 21/11/2018: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
113	PL 09788/2018	Dep. Mário Heringer - PDT/MG	Altera o art. 37 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", para incluir no Estudo de Impacto de Vizinhança, EIV, análise de demanda por estacionamento de veículos automotores e segurança pública.		09/05/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

114	PL 09790/2018	Dep. Mário Heringer - PDT/MG	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", a fim de estabelecer preferência no desempate em processo licitatório para empresa que comprove mitigação à mudança do clima, e dá outras providências.		27/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295.	Câmara dos Deputados
115	PL 09817/2018	Dep. Jorginho Mello - PR/SC	Altera Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.	Reduz para cinco metros a faixa não edificável existente ao longo das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	03/07/2018: CVT - Comissão de Viação e Transportes Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
116	PL 09854/2018	Dep. Josi Nunes - PMDB/TO Dep. Josi Nunes - PROS/TO	Acrescenta art. 1º-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estender a aplicação da referida lei a eleições realizadas por entidades de fiscalização do exercício profissional, e dá outras providências.		05/04/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados

117	PL 07504/2017	Dep. Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas destinadas para bicicletas em estacionamentos.		31/08/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Recebimento pela CDU, apensado ao PL-5743/2016	Câmara dos Deputados
118	PL 03524/2015	Dep. Eros Biondini - PROS/MG	Estabelece a obrigatoriedade de instalação de mictórios inteligentes em banheiros de uso coletivo.		11/10/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Paes Landim (PTB-PI)	Câmara dos Deputados
119	PL 06779/2016	Dep. Mariana Carvalho - PSDB/RO	Institui o programa de apadrinhamento de espaços públicos.		24/04/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA)	Câmara dos Deputados
120	PL 07963/2017	Dep. Marcelo Álvaro Antônio - PR/MG Dep. Marcelo Álvaro Antônio - PSL/MG	Altera o a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	Estabelece que os municípios podem alterar a destinação de áreas urbanas de acordo com o interesse público.	01/08/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 02/08/2017.	Câmara dos Deputados
121	PL 531/2015	Dep. Luiz Nishimori - PR/PR	Determina o aproveitamento e a reutilização das águas pluviais por Órgãos Públicos.		CD: 21/11/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Recebimento pela CDU, apensado ao PL-7818/2014	Câmara dos Deputados

122	PL 09474/2018	Dep. Chico D'angelo - PT/RJ Dep. Chico D'angelo - PDT/RJ	Estabelece as diretrizes para a política cultural e para a garantia dos direitos culturais.		CD: 08/08/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Despacho exarados nos Requerimentos n. 9.000, 9.001 e 9.002, todos de 2018, conforme o seguinte teor: "Com base no art. 163, VIII, do RICD, julgo prejudicados os Requerimentos n. 9.000, 9.001 e 9.002, todos de 2018, tendo em vista o deferimento do Requerimento n. 8.992/2018, que modificou o despacho inicial aposto ao Projeto de Lei n. 4.576/2016 para incluir o exame pela Comissão de Defesa do Consumidor. Publique-se".	Congresso Nacional
123	PL 07230/2017	Dep. Lúcio Vale - PR/PA	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a contratação de projetos e serviços de consultoria.		29/08/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
124	PL 07270/2017	Dep. Irajá Abreu - PSD/TO	Disciplina a regularização fundiária em áreas urbanas e dá outras providências.	Altera as Leis nº 11.977, de 2009 e 12.651, de 2012.	20/04/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação	Câmara dos Deputados

					Inicial em avulso e no DCD de 21/04/17 PÁG 101 COL 01.	
125	PL 09809/2018	Dep. Walter Ihoshi - PSD/SP	Isenta de custas e emolumentos registros, matrícula e averbações de imóveis tombados.	Altera dispositivo legal da Lei nº 10.169, de 2000.	04/04/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados
126	PL 08265/2017	Dep. Luzia Ferreira - PPS/MG	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para conferir preferência a projetos culturais populares e locais para doações ou patrocínios de empresas públicas e sociedades de economia mista e para permitir isenção fiscal a doações ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) e dá outras providências.		11/09/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/09/2017.	Câmara dos Deputados
127	PL 08277/2017	Dep. Cajar Nardes - PR/RS Dep. Cajar Nardes - PODE/RS	Dispõe sobre o reúso de água para fins não potáveis em novas edificações públicas federais e privadas residenciais, comerciais e industriais, e dá outras providências.	Altera as Leis nºs: 9.433, de 1997; 10.257, de 2001 e 11.445, de 2007.	CD: 21/11/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Recebimento pela CDU, apensado ao PL-1750/2015	Câmara dos Deputados

128	PL 08474/2017	Dep. Rogério Silva - PROS/MT Dep. Rogério Silva - PMDB/MT	Altera a Lei n.° 8.666, de 21 de junho de 1993, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", para alterar os valores limites das modalidades licitatórias.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6957/2002	Câmara dos Deputados
129	PL 08705/2017	Dep. Wilson Filho - PTB/PB	Altera a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, para dispor sobre a profissão de Tecnólogo de Segurança do Trabalho.		17/10/2017: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/10/17 PÁG 228 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

130	PL 08724/2017	Dep. Marco Antônio Cabral - PMDB/RJ	Institui o Fundo Soberano Brasileiro para regulamentar a destinação dos recursos obtidos por meio da aplicação do Programa Nacional de Desestatização, institui aplicações específicas para tais recursos e dá outras providências.		16/10/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/10/2017.	Câmara dos Deputados
131	PL 10596/2018	Felipe Carreras PSB/PE	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), para criar um sistema de compartilhamento de bicicletas nas áreas urbanas.		CD: 08/08/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 09/08/2018	Câmara dos Deputados
132	PL 03133/2012	Nazareno Fonteles PT/PI	Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que "altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências".		05/03/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-742/2015.	Câmara dos Deputados

133	PL 06349/2016	Davi Alves Silva Júnior PR/MA	Altera a redação do arts. 68, e acrescenta art. 68-A, à Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências para a melhoria da acessibilidade e segurança dos pedestres.		03/07/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
134	PL 03408/2015 PLS 00523/2013	Pedro Taques PDT/MT	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas; dispõe que o Distrito Federal e os Municípios regulamentarão a forma correta de descarte e estabelecerão sanções pecuniárias pelo descumprimento do disposto a pessoas físicas e jurídicas, sem prejuízo das competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a regulação de atividades	CD: 05/12/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 1504/2017/SGM-P.	Câmara dos Deputados

				específicas; determina que o Distrito Federal e os Municípios terão o prazo de dois anos para regulamentar o disposto nesta Lei.		
135	PL 10248/2018	Prof. Gedeão Amorim PMDB/AM	Altera a Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018, para ampliar seu campo de aplicação a edifícios de uso público ou coletivo que possuam elevadores, escadas rolantes ou esteiras rolantes destinadas ao transporte de passageiros.		05/07/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
136	PL 06831/2010	Paes de Lira PTC/SP	Altera os arts. 213, 217-A e 225 do Decreto-Lei nº 2.848 de de 7 de dezembro de 1940, dispõe sobre o crime de estupro e dá outras providências.	Fixa pena de reclusão para o crime de estupro em que ocorrer a prática de outro ato libidinoso.	10/11/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-8989/2017.	Câmara dos Deputados
137	PL 07909/2010	Moreira Mendes PPS/RO	Altera o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a obrigatoriedade da instalação de bicicletários junto aos logradouros públicos.	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.	CD: 07/11/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, com as proposições PL-5849/2013, PL-2220/2015, PL-5743/2016, PL-7504/2017, PL-7958/2017 apensadas.	Câmara dos Deputados

138	PL 06342/2009	Dep. Paulo Teixeira - PT/SP	Institui no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, o Serviço de Moradia Social para famílias de baixa renda.		03/07/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
139	PL 09927/2018	Dep. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO Dep. Carlos Henrique Gaguim - PODE/TO	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, no conteúdo mínimo do plano diretor, normas sobre instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes)		09/04/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/04/2018.	Câmara dos Deputados
140	PL 04819/2016	Dep. EDINHO BEZ - PMDB/SC	Dispõe sobre o trabalho de caráter solidário ou comunitário prestado por profissionais vinculados a conselhos de fiscalização profissional.		15/08/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 16/08/17 PÁG 667 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados

141	PL 02018/2011	Inocêncio Oliveira PR/PE	Dispõe sobre a vedação da cobrança de mais de uma anuidade aos inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina.		11/09/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 12/09/17 PÁG 211 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados
142	PL 08970/2017	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Dispõe sobre a desburocratização de procedimentos administrativos.	Altera as Leis nº 6.015 de 1973; 8.666 de 1993; 8.934 de 1994 e 9.099 de 1995.	06/04/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-9904/2018.	Câmara dos Deputados

143	PL 09011/2017	Dep. Miguel Haddad - PSDB/SP	Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 - Estatuto da Metrópole, para estabelecer novo prazo para elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, e dispõe sobre critérios de realização de audiências públicas durante o processo de sua elaboração. Altera, ainda, a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estipular novo prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.		CD: 30/08/2018: CVT - Comissão de Viação e Transportes Apresentação do Requerimento n. 321/2018, pelo Deputado Milton Monti (PR-SP), que: "Requer declaração de prejudicialidade dos PLs nº 9.011/2011 e nº 9.610/2018, com fundamento no art. 164, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados".	Câmara dos Deputados
144	PL 06869/2017	Dep. Aliel Machado - REDE/PR Dep. Aliel Machado - PSB/PR	Altera a Lei Federal nº 8.429 de 2 de junho 1992, para acrescentar, como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, o abandono e/ou desuso a equipamento, obra, ou quaisquer bens públicos.		27/04/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-10059/2018.	Câmara dos Deputados

145	PL 08147/2017	Dep. Jéssica Sales - PMDB/AC	Torna obrigatório o Plano de Evacuação de Unidades Hospitalares em situação de risco.		29/05/2018: CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Câmara dos Deputados
146	PL 06893/2017	Dep. Zenaide Maia - PR/RN Dep. Zenaide Maia - PHS/RN	Dispõe sobre mecanismos jurídicos para reparação de danos decorrentes de falta de solidez e segurança de edificações.		20/09/2017: CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
147	PL 08183/2017	Dep. João Daniel - PT/SE	Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Trata de licitação nas empresas estatais.	03/05/2018: CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço Apresentação do Requerimento n. 161/2018, pelo Deputado Marcos Reategui (PSD-AP), que: "Requer a realização de Mesa Redonda na cidade de Macapá - AP, para discutir a logística e a infraestrutura portuária do Estado do Amapá".	Câmara dos Deputados

148	PL 09071/2017	Dep. Vitor Valim - PMDB/CE	Cria o Conselho Federal dos Técnicos de Segurança do Trabalho e os Conselhos Regionais dos Técnicos de Segurança do Trabalho e dá outras providências.		30/05/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
149	PL 06253/2013	Dep. Wilson Filho - PTB/PB	Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.		13/09/2016: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
150	PL 09177/2017	Dep. Lucio Mosquini - PMDB/RO	Dispõe sobre a inexigibilidade de licenciamento ambiental para os casos que especifica.		06/12/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados
151	PL 09240/2017	Dep. Nilto Tatto - PT/SP	Altera a Lei n° 11.977 de 2009 para tornar obrigatório o provimento do espaço e da infraestrutura necessários para a produção local de alimentos em projetos de agricultura urbana sustentável na implantação de empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU.		21/12/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 22/12/17 PÁG 118 COL 01.	Câmara dos Deputados

152	PL 00127/2015	Dep. João Fernando Coutinho - PSB/PE	Altera a Lei 11.977 de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.		12/06/2015: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-7499/2014	Câmara dos Deputados
153	PL 01675/2015	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Torna obrigatória a utilização de patamares mínimos de água de reúso por plantas industriais e prédios comerciais que se instalarem em regiões de baixa precipitação pluviométrica.		24/05/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Prazo de Vista Encerrado	Câmara dos Deputados
154	PL 02123/2015 PLC 00005/2017	Dep. Rômulo Gouveia - PSD/PB	Inclui § 4º ao art. 40 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para proibir a cobrança de taxa de visita técnica ou de qualquer despesa do consumidor com a finalidade de elaboração de orçamento.	Determina que s despesas, de qualquer natureza, decorrentes de visitas e deslocamentos de técnicos ou demais prepostos do fornecedor e destinadas à elaboração do orçamento prévio serão suportadas exclusivamente pelo fornecedor	22/05/2017: CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da CTFC, Senador ATAÍDES OLIVEIRA, designa a Senadora FÁTIMA BEZERRA relatora da matéria. O processado físico permanece na Comissão.	Senado Federal

155	PL 04108/2015	Dep. MARCELO BELINATI - PP/PR	Altera o texto do caput e do parágrafo único do art. 7º, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para instituir a obrigatoriedade da reserva de vagas de estacionamento em condomínios para pessoas com deficiência que importe em dificuldade de locomoção.		07/11/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
156	PL 00953/2011	Dep. Bruna Furlan - PSDB/SP	Dispõe sobre o uso de material permeável na pavimentação de estacionamentos abertos.	Asfalto poroso, concreto poroso, blocos de concreto vazado.	06/05/2016: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-1069/2007	Câmara dos Deputados
157	PL 01776/2011	Dep. Heuler Cruvinel - PSD/GO	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispondo sobre a pavimentação das vias de circulação dos parcelamentos urbanos.		06/02/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-101/2015porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	Câmara dos Deputados

158	PL 06429/2009	Dep. José Airton Cirilo - PT/CE	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para ampliar o período de garantia das obras de infraestrutura e de pavimentação de estradas e vias urbanas.	Amplia para seis anos o prazo da responsabilidade do empreiteiro sobre obras de pavimentação de estradas e vias urbanas.	23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-1491/1996	Câmara dos Deputados
159	PL 00132/2011	Dep. Weliton Prado - PMB/MG Dep. Weliton Prado - PROS/MG	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para estabelecer como diretriz na pavimentação de vias públicas o emprego de massa asfáltica produzida com borracha de pneus inservíveis.		16/03/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-7013/2017.	Câmara dos Deputados

160	PL 07023/2010	Rodovalho PP/DF	Acrescenta parágrafo ao art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, de forma a ampliar para dez anos a garantia das obras de infraestrutura e pavimentação de estradas e vias urbanas.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6429/2009	Câmara dos Deputados
161	PL 05645/2016	Dep. Miguel Haddad - PSDB/SP	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Dispõe sobre o quórum para a realização de obra que modifique a fachada em unidade autônoma de condomínio.	18/04/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Betinho Gomes (PSDB-PE).	Câmara dos Deputados

162	PL 02831/2015	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Altera a Lei nº 11.124, de 2005, e a Lei nº 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse social (FNHIS) ou implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).		03/07/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
163	PL 06196/2016	Dep. Carlos Sampaio - PSDB/SP	Inclui dispositivos ao Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.		24/10/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/10/2016.	Câmara dos Deputados
164	PL 06220/2016	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Modifica os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Amplia a competência dos juizados especiais cíveis para atuar em causas de até sessenta salários mínimos.	21/10/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 22/10/16 PÁG 42 COL 01.	Câmara dos Deputados

165	PL 06227/2016	Dep. Mariana Carvalho - PSDB/RO	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistemas de aquecimento de água por meio de energia solar e de captação e reaproveitamento de águas pluviais em prédios de propriedade da União, e dá outras providências.		14/06/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-10361/2018.	Câmara dos Deputados
166	PL 04162/2015	Dep. MARCELO BELINATI - PP/PR	Acrescenta o parágrafo único no art. 57 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar que as empresas que comercializam roupas deverão ter ao menos um provador adaptado para pessoas com deficiência.		13/06/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 14/06/17 PÁG 585 COL 01, Letra B.	Câmara dos Deputados

167	PL 01739/2007	Dep. Paulo Teixeira - PT/SP	Introduz dispositivos sobre a sustentabilidade do ambiente construído na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.	Estabelece a elaboração de plano de sustentabilidade do ambiente construído para municípios com mais de cem mil habitantes que incorpore soluções para projeto, construção e reciclagem das edificações com utilização de materiais sustentáveis, qualidade ambiental, eficiência energética, racionalização de uso da água, impermeabilização do solo.	14/06/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-9813/2018.	Câmara dos Deputados
168	PL 04235/2015	Dep. MARCELO BELINATI - PP/PR	Altera o art. 36 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para determinar a obrigatoriedade de EIV (Estudo de Impacto na Vizinhança), nas construções de condomínios edilícios com mais de 80 unidades autônomas, loteamentos e construção ou ampliação de shopping centers e mercados de grande porte, assim entendidos que tiverem área interna acima de 300 m², com o objetivo		05/04/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

			de combater o crescimento urbano desordenado.			
169	PL 06529/2016	Dep. Pedro Uczai - PT/SC	Altera a Lei nº 12. 587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana, para conferir nova atribuição aos Municípios.	Estabelece que é atribuição do Município garantir a iluminação adequada nos pontos de embarque e desembarque do transporte público.	30/11/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-5010/2016	Câmara dos Deputados
170	PL 06139/2016	Dep. Augusto Carvalho - SD/DF	Altera a redação do parágrafo único do art. 1º, inclui o inciso XIX no art. 2º e o § 5º, alíneas "a" a "g", no art. 40, todos da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para inserir a Sustentabilidade Urbana como um dos objetivos expressos do Estatuto das Cidades e atribuir-lhe um conceito.		28/09/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/09/16 PÁG 26 COL 01.	Câmara dos Deputados
171	PL 05658/2016	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Altera a Lei n° 11.977 de 2009 para tornar obrigatória a instalação prévia de medidores individuais de consumo de água nas unidades habitacionais implantadas pelo Programa.		12/07/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-1104/2015	Câmara dos Deputados

172	PL 05954/2016	Dep. Givaldo Vieira - PT/ES Dep. Givaldo Vieira - PCdoB/ES	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para dispor sobre contrapartidas a serem prestadas pelo beneficiário de outorga onerosa do direito de construir e de outorga onerosa pela alteração do uso do solo.		11/10/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Patrus Ananias (PT-MG).	Câmara dos Deputados
173	PL 02829/2015	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Dispõe sobra a democratização, descentralização e transparência dos procedimentos decisórios em programas habitacionais de interesse social	Altera a Lei nº 11.124, de 2005.	16/04/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Devolvido ao Relator, Dep. Marco Antônio Cabral (PMDB-RJ) para correção do parecer.	Câmara dos Deputados
174	PL 06860/2017	Dep. Rômulo Gouveia - PSD/PB	Dispõe sobre a acessibilidade a eventos realizados ao ar livre; altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.		03/07/2018: CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Devolvido ao Relator, Dep. Lobbe Neto (PSDB-SP)	Câmara dos Deputados
175	PL 06876/2017	Dep. Jaime Martins - PSD/MG	Modifica a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre as diretrizes da política urbana, o desenho urbano que privilegie a locomoção por pedestres e ciclistas		07/03/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/03/17 PÁG 130 COL 01.	Câmara dos Deputados

176	PL 06988/2017	Dep. Professor Victório Galli - PSC/MT Dep. Professor Victório Galli - PSL/MT	Altera o § 3º do Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), para Institui o seguro-garantia em todos os contratos de obras, fornecimentos e serviços públicos.		14/03/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
177	PL 06950/2017	Leandre PV/PR	Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.		CD: 16/08/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-10653/2018.	Câmara dos Deputados
178	PL 06977/2017	Dep. Pr. Marco Feliciano - PSC/SP Dep. Pr. Marco Feliciano - PODE/SP	Modifica o artigo 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime de pichação e aumentar o valor da multa prevista no § 1º do artigo 49-A do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.		13/09/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-6447/2016	Câmara dos Deputados
179	PL 07061/2017	Dep. Damião Feliciano - PDT/PB	Altera a lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para incluir o direito à mobilidade.		CD: 21/11/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados

180	PL 07050/2017	Dep. Professor Victório Galli - PSC/MT Dep. Professor Victório Galli - PSL/MT	Altera o art. 5º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para determinar a cobrança de anuidade após os primeiros 36 meses de registro em seus respectivos conselhos profissionais.		13/07/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-10615/2018.	Câmara dos Deputados
181	PL 07114/2017	Dep. Lúcio Vale - PR/PA	Dispõe sobre o financiamento pela União das ações de capacitação e gestão em mobilidade urbana.	Altera as Leis nº 9.602, de 1998, 9.503, de 1997 e 12.587, de 2012.	20/06/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. Leopoldo Meyer (PSB-PR)	Câmara dos Deputados
182	PL 00985/2015 PLC 00036/2015	Domingos Neto PSD	Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Altera a pena o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	07/05/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 15h15. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
183	PL 00791/2011	Dep. Jovair Arantes - PTB/GO	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.		03/07/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

184	PL 00600/2011	Augusto Coutinho DEM/PE	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.		29/08/2016: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvido, a pedido, ao Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR) para reexame.	Câmara dos Deputados
185	PL 02043/2011	Dep. Ricardo Izar - PP/SP	Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.		CD: 10/10/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator, PRL 6 CCJC, pelo Dep. Antonio Bulhões	Câmara dos Deputados
186	PL 00816/2011	Dep. Rubens Bueno - PPS/PR	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões		03/07/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
188	PL 01004/2011	Dep. Efraim Filho - DEM/PB	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.		03/07/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

189	PL 04029/2008 PLC 00010/2017	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Revoga o inciso VII do art. 106 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 - Estatuto do Estrangeiro.	Permite que o profissional liberal estrangeiro legalmente constituído no Brasil possa participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.	13/12/2017: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: A Presidente da Comissão, Senadora Marta Suplicy, designa o Senador Jorge Viana Relator da matéria. O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015.	Senado Federal
190	PL 05680/2013	Glauber Braga PSB/RJ	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.		02/05/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Elizeu Dionizio (PSB-MS)	Câmara dos Deputados
191	PL 03443/2012 PLC 00070/2013	Dep. Pedro Uczai - PT/SC	Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional.	Estabelece a expedição de carteiras profissionais provisórias com validade de 180 (cento e oitenta dias).	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

192	PL 00866/2011	Onofre Santo Agostini DEM/SC	Dispõe sobre a construção e reforma de postos revendedores de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e incêndios, e dá outras providências.		19/06/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 8874/2018, pelo Deputado Laerte Bessa (PR-DF), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 866/2011".	Câmara dos Deputados
193	PL 03788/2015	Dep. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - PMDB/TO	Proíbe a inauguração de obra pública que não disponha de termo de recebimento definitivo, e dá outras providências.		09/12/2015: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/12/15 PÁG 190 COL 01.	Câmara dos Deputados
194	PL 03778/2015	Dep. Felipe Bornier - PROS/RJ	Dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).".	Nos programas habitacionais públicos, os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família contemplando obrigatoriamente a redução das taxas de financiamentos.	CD: 07/11/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Retirado de pauta de ofício, em virtude da ausência do Relator.	Câmara dos Deputados

195	PL 09396/2017	Dep. Waldenor Pereira - PT/BA	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia - UFSB a partir do desmembramento do Campus Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia, e dá outras providências.		12/06/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Despacho inicial no DCD de 13/06/2018.	Câmara dos Deputados
196	PL 09392/2017	Dep. Cabo Sabino - PR/CE Dep. Cabo Sabino - AVANTE/CE	Altera os arts. 66, 67, 68, 69 e 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, aumentando as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.		07/02/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/02/2018.	Câmara dos Deputados
197	PL 09399/2017	Dep. Vicentinho - PT/SP Dep. Vicentinho Júnior - PR/TO Sen. Vicentinho Alves - PR/TO	Torna obrigatória a inspeção periódica das medidas de segurança contra incêndio em edificação predial em geral e dá outras providências.		CD: 18/09/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 9.170/2018, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido de desapensação contido no Requerimento n. 9.170/2018, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porquanto os Projetos de Lei n. 9.399/2017 e n. 7.823/2014 tratam de	Câmara dos Deputados

					matérias correlatas. Publique-se. Oficie-se.".	
198	PL 09401/2017	Dep. Rubens Pereira Júnior - PCdoB/MA	Altera o artigo 23 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 para dispor sobre limites de valores que determinam a modalidade de licitação em convite, tomada de preços ou concorrência.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6957/2002	Câmara dos Deputados
199	PL 04615/2016	Dep. Dr. Jorge Silva - PHS/ES	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar que a alocação de recursos federais para obras estaduais e municipais seja		12/09/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO).	Câmara dos Deputados

			condicionada à existência de projeto básico.			
200	PL 07333/2002	Dep. Pompeo de Mattos - PDT/RS	Altera o art. 75 da Lei Federal nº 9. 504, de 30 de setembro de 1997, vedando a realização de atos de inauguração de obras públicas, nos três meses que antecedem às eleições.		23/05/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 9 CCJC, pelo Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA).	Câmara dos Deputados
201	PL 04749/2009	Dep. Celso Russomanno - PRB/SP	Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.	Aumenta o tempo de responsabilidade do empreiteiro de 5 (cinco) para 10 (dez) anos.	01/02/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Rodrigo Pacheco (PMDB-MG)	Câmara dos Deputados
202	PL 06699/2002	Jose Carlos Coutinho	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências.	Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	02/04/2018: PLEN - PLENÁRIO Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Câmara dos Deputados

203	PL 03699/2004	Dep. Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP	Dispõe sobre a especialização do engenheiro de prevenção e combate a incêndios, do técnico de prevenção e combate a incêndios e do bombeiro civil e dá outras providências.		09/02/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-176/2015.	Câmara dos Deputados
204	PL 01365/2011	Dep. Vieira da Cunha - PDT/RS	Dispõe sobre condições necessárias à abertura e ao funcionamento de parques de diversão e similares e impõe responsabilidade solidária ao proprietário e ao administrador do empreendimento por danos causados em decorrência do mau estado de conservação, falhas técnicas em equipamentos ou de operação em desacordo com o disposto nesta Lei.		27/01/2016: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)	Câmara dos Deputados
205	PL 01703/2011	Dep. Jorge Tadeu Mudalen - DEM/SP	Dispõe sobre a instalação do denominado "Telhado Verde" e dá outras providências.		24/03/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvido sem manifestação pelo Relator não-membro.	Câmara dos Deputados

206	PL 04931/2013	Ronaldo Fonseca PR/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, estabelecendo requisitos para a aplicação de recursos públicos na pavimentação das vias urbanas e rodovias.	Exige a instalação de sistema de drenagem, rede de abastecimento de água e rede de esgotos.	08/12/2016: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-5858/2013	Câmara dos Deputados
207	PL 00963/2015	Dep. Tereza Cristina - PSB/MS	Acrescenta o art. 9º-A a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispondo sobre a prioridade de alunos de instituições de ensino superior públicas na realização de estágio em obras públicas.		10/04/2015: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
208	PL 04697/2012	Dep. Damião Feliciano - PDT/PB	Dispõe sobre reserva de vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino nos contratos e convênios de estágio.		03/07/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
209	PL 00840/2011 PLC 00016/2016	Dep. Chico Alencar - PSOL/RJ	Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.	Altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e a Lei das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei 11445/2007) a fim de assegurar medidas de prevenção de enchentes,	SF: 07/08/2018: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Encaminhado ao Plenário. ********** Retificado em 08/08/2018**********	Senado Federal

				deslizamentos de terra e eventos similares.	Aguardando leitura de requerimento do Senador José Pimentel, de tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; 58/2016; e dos PLC nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266, do RISF.	
210	PL 04566/2008 PLC 00103/2015	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.	Altera a Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para dispor sobre a remuneração das contas vinculadas do FGTS e estabelecer regime de transição, até 2019, para o aumento dessa remuneração. Os depósitos efetuados a partir de 2016 serão contabilizados em novas contas vinculadas e serão remunerados por meio dos mesmos parâmetros fixados para os depósitos de poupança. Os saques	SF: 05/07/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Devolvido pelo relator, Senador Romero Jucá, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	Senado Federal

				serão debitados, inicialmente, do saldo das novas contas vinculadas.		
211	PL 01868/2015	Dep. Felipe Bornier - PROS/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha vida", e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que "estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências".	Trata da implantação de energia solar e reaproveitamento de água em unidades habitacionais.	26/06/2015: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS.	Câmara dos Deputados
212	PL 02313/2015	Dep. Carlos Manato - SD/ES	Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais e dá outras providências.		12/07/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
213	PL 00138/2011 PLC 00159/2015	Dep. Weliton Prado - PMB/MG	Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.	Estabelece normas de segurança e de manutenção em brinquedos playgrounds localizados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas, e determina sanções para o descumprimento de suas determinações, na forma que especifica. Estabelece que a Lei entra em vigor	SF: 04/09/2018: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Matéria retirada de pauta. Aguardando nova inclusão em ordem do dia.	Senado Federal

				em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação oficial.		
214	PL 02897/2008 PLC 00059/2010	Miguel Martini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências" (Estatuto da Cidade), no que diz respeito à arborização urbana.		SF: 22/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: A COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados
215	PL 04095/2012	Bohn Gass PT/RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, no sentido da promoção do equilíbrio ambiental e das cidades sustentáveis.		24/11/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação Publicado em avulso e no DCD de 25/11/16, PÁG 615 COL 01, Letra C.	Câmara dos Deputados

216	PL 05015/2013	Félix Mendonça Júnior PDT/BA	Inclui dispositivo na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que prevendo, nas cidades com mais de duzentos mil habitantes, contrapartida pela valorização imobiliária decorrente do aumento do potencial construtivo ou da alteração de uso de solo.		13/06/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CCJC, pelo Deputado Marcos Rogério (DEM-RO).	Câmara dos Deputados
217	PL 01650/2015	Dep. Fabio Garcia - PSB/MT	Altera a Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.		11/10/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP, apensado ao PL-7063/2017	Câmara dos Deputados
218	PL 00359/2011	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do		13/12/2017: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Não deliberado face o início da Ordem do Dia do Plenário do Congresso Nacional.	Câmara dos Deputados

			Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-Sinmetro.			
219	PL 03610/2015	Dep. Vitor Valim - PMDB/CE	Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, estendendo o tempo em que as placas com os nomes dos responsáveis técnicos pelas obras devem ficar nos recintos.		26/12/2016: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
220	PL 03568/2015	Dep. Lincoln Portela - PRB/MG	Acrescenta artigo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para permitir a concessão e a percepção do benefício aos inscritos em cadastro de empregadores ou em conselhos de fiscalização profissional.		14/06/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 15/06/2017 pág. 203, Letra A.	Câmara dos Deputados

221	PL 02664/2011	Dep. Arnaldo Jardim - PPS/SP	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.		13/06/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
222	PL 07607/2010 PLC 00013/2013	José Chaves PTB	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.	Altera a Lei nº 5194/66 – que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências – para estabelecer que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.	12/06/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal

223	PL 02117/2011	Dep. Penna - PV/SP	Dispõe sobre a criação do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e do Fundo de Energia Alternativa.		19/06/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Em decorrência da apensação do PL 10.394/2018 ao PL 2.776/2015, apensado a este bloco, a matéria passará a tramitar sujeita à apreciação do Plenário e em regime de Prioridade.	Câmara dos Deputados
224	PL 09813/2018	Dep. Alessandro Molon - PSB/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 2009, para permitir o uso de técnicas de bioconstrução nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.		25/06/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Avulso Inicial	Câmara dos Deputados
225	PL 06619/2016	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Dá nova redação ao § 1º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer a obrigatoriedade do sistema de modelagem da informação da construção, identificado pela sigla inglesa BIM - Building Information Model, na confecção de projetos executivos de obras e serviços de engenharia contratados pelos órgãos e entidades da administração		16/05/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Retirado de pauta em virtude da ausência do Relator.	Câmara dos Deputados

			pública, e dá outras providências.			
226	PL 05546/2013	Dep. Paulo Feijó - PR/RJ	Dispõe sobre a criação do Selo Cidade Sustentável.		CD: 23/11/2018: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 26/11/2018)	Câmara dos Deputados
227	PL 04827/1998 PLC 00094/2002	Zulaie Cobra	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.	Institui a "Reforma Processual Civil".	04/07/2013: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 05/07/2013, PÁG 28667 COL 02, Letra D.	Senado Federal
228	PL 03729/2004	Dep. Zezeu Ribeiro - PT/BA Sen. WALTER PINHEIRO - PT/BA	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Dispõe que para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), com ampla publicidade; regulamentando a	CD: 28/11/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvido ao Relator, Dep. Marcos Rogério (DEM-RO)	Câmara dos Deputados

				Constituição Federal de 1988.		
229	PL 07818/2014	Dep. Geraldo Resende - PSDB/MS	Estabelece a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais e define normas gerais para sua promoção.		CD: 21/11/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Recebimento pela CDU, com as proposições PL-531/2015, PL-1283/2015, PL-1750/2015, PL-2198/2015, PL-2566/2015, PL-3401/2015, PL-7169/2017, PL-7168/2017, PL-7903/2017, PL-7906/2017, PL-8277/2017 apensadas.	Câmara dos Deputados
230	PL 02776/2015	Dep. Victor Mendes - PSD/MA	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação sistemas de aproveitamento de aguas pluviais e de reuso de águas residuais e ainda a obrigatoriedade de instalação de painéis para captação de energia solar em todas as novas edificações executadas com recursos da União.		18/06/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-10394/2018.	Câmara dos Deputados

231	PL 02775/2011	Penna PV/SP	Dispõe que as empresas potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais possuam responsável técnico em meio ambiente em seu quadro de funcionários ou consultoria técnica equivalente.		26/03/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES À CTASP, cópia do Of. nº PR-040/2018.	Câmara dos Deputados
232	PL 05739/2016	Dep. Victor Mendes - PSD/MA	Acrescenta os artigos 13, III, 20, "c", parágrafo único ao art. 28 e parágrafo único ao art. 60 à Lei 12.305 (Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2 de agosto de 2010, para incluir os resíduos extraordinários.		11/05/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Devolvido ao Relator, Dep. Stefano Aguiar (PSD-MG), para alterar parecer.	Câmara dos Deputados
233	PL 08322/2014 PLS 00317/2013	Senado Federal - Ataídes Oliveira PSDB/TO	Isenta do imposto sobre importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.		CD: 28/11/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Evandro Roman (PSD-PR).	Câmara dos Deputados

234	PL 06014/2013 PLS 00491/2011	Marcelo Crivella PRB/RJ	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE).	Cria a exigência da inspeção prévia e periódica em edificações (exceto edificação de barragens e estádios de futebol, por estarem abrangidos por legislação específica), destinada a verificar as condições de estabilidade, segurança construtiva e manutenção; estabelece que o objetivo da inspeção é efetuar o diagnóstico da edificação por meio de vistoria especializada, utilizando-se de Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE) para emitir parecer acerca das condições técnicas, de uso e de manutenção, com avaliação do grau de risco à segurança dos usuários; dispõe que após a emissão do laudo pelo órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções cabe ao proprietário ou responsável pela administração da edificação providenciar as	05/04/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Câmara dos Deputados

				ações corretivas, sob pena de multa diária; dispõe que o acesso ao LITE será livre para os proprietários, os responsáveis pela administração, os moradores e os usuários da edificação, e para os órgãos governamentais de fiscalização.		

235	PL 08085/2014 PLS 00454/2012	Sen. Ana Amélia - PP/RS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.		CD: 29/08/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este (a) o (a) PL-10768/2018.	Câmara dos Deputados
236	PL 06709/2009 PLS 00198/2009	Rosalba Ciarlini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.		22/08/2016: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados

237	PL 06462/2009 PLS 00205/2008	Renato Casagrande	Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.		SF: 18/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados

238	PL 03252/2012 PLS 00432/2011	Sen. Ana Rita - PT/ES	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.	Altera a Lei nº 6.766/1979 que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências" para dispor que o plano diretor definirá as áreas mínimas e máximas de lotes, os coeficientes máximos de aproveitamento e os percentuais máximos de impermeabilização do solo e do excedente percentual máximo de chuvas que poderá ser carreado para a rede pública; altera a Lei nº 11.445/2007 para dispor que o titular dos serviços públicos de saneamento básico disciplinará a implantação obrigatória de sistemas de captação e retenção de águas pluviais em cada lote urbano, para reduzir sua velocidade de escoamento para as bacias hidrográficas urbanas, controlar a ocorrência de inundação e contribuir para a redução do consumo da água potável tratada, e, em	SF: 25/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: A COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados

				caso de inércia do titular, os sistemas de captação de águas pluviais no interior de cada lote deverão ser capazes de retê-las por no mínimo uma hora antes que sejam despejadas na rede pública de drenagem.		

239	PL 06905/2017 PLS 00504/2013	Sen. Wilder Morais - PP/GO	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que "dispõe sobre desapropriações por utilidade pública", para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.		CD: 30/10/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Aprovado requerimento do Sr. Caetano que requer a realização de reunião de audiência pública para discussão do Projeto de Lei nº 6.905/2017, oriundo do Senado Federal.	Câmara dos Deputados
240	PL 03046/2015 PLS 00502/2011	Sen. Paulo Paim - PT/RS	Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para estabelecer a obrigatoriedade de a administração pública divulgar os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus dirigentes.		CD: 04/09/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. SF: 06/11/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados

241	PL 05068/2016 PLS 00212/2008	Sen. Cristovam Buarque - PPS/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz de política urbana que visa a garantir condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos.		CD: 13/08/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Ofício nº 141/2018/PS-GSE ao Senado Federal, encaminhando autógrafo sancionado. SF: 13/08/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário. Recebido em: SEADI - Plenário do Senado Federal.	Câmara dos Deputados
242	PL 10108/2018 PLS 00051/2015	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.		CD: 21/11/2018: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Retirado de pauta pela ausência do Relator.	Câmara dos Deputados

243	PL 05733/2009 PLS 00023/2004	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB/RJ	Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		19/04/2017: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Designado Relator, Dep. Uldurico Junior (PV-BA)	Câmara dos Deputados
244	PL 02579/1992 PLC 00057/1994	VASCO FURLAN PDS/SC	Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais.		11/04/2012: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 4923/2012, pelo Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), que: "Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2579 de 1992, que "Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais"".	Câmara dos Deputados

245	PL 09818/2018	Dep. Ricardo Izar - PP/SP	Revoga os parágrafos 1º e 2º do Art. 3º da Lei 12.378 de 31 de dezembro julho de 2010.	Revoga prerrogativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de definir área de atuação privativa dos arquitetos e urbanistas e áreas de atuação compartilhada.	05/07/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
246	PL 02725/2011 PLC 00109/2014	Romero Rodrigues PSDB	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	Altera a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), para facultar ao Poder Público permitir, mediante concessão aos titulares das unidades, o controle de acesso e a gestão sobre as áreas e equipamentos públicos nos loteamentos.	SF: 05/07/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Devolvido pelo relator, Senador Romero Jucá, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	Senado Federal
247	PL 06179/2009	Dep. Bonifácio de Andrada - PSDB/MG	Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.	Altera a Lei nº 7.410, de 1985.	14/06/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. José Carlos Aleluia (DEM-BA)	Câmara dos Deputados

248	PL 04923/2013	Nilda Gondim PMDB/PB	Dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento.		05/09/2017: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 7178/2017, pelo Deputado Alexandre Leite (DEM-SP), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 4.923 de 2013, que 'dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento'".	Câmara dos Deputados

249	PL 02245/2007	Dep. Reginaldo Lopes - PT/MG	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.		CD: 08/08/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 9094/2018, pela Deputada Laura Carneiro (DEM-RJ), que: "Requer a inclusão, na Ordem do Dia, do Recurso nº 193, de 2013, e seu apensado Recurso nº 194, de 2013, que versam sobre o Projeto de Lei nº 2.245, de 2007, que 'Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.'".	Câmara dos Deputados
250	PL 04302/2012	Dep. Laercio Oliveira - SD/SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações, assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo Poder Público.	06/09/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Benjamin Maranhão (SD-PB).	Câmara dos Deputados

251	PL 07093/2014 PLC 00164/2015	Irajá Abreu PSD	Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Altera a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973) para dispensar o alvará de construção expedido pela Prefeitura Municipal na averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de cinco anos, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.	31/10/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, designa Relator da matéria o Senador Antônio Anastasia.	Senado Federal
252	PL 06830/2013	Dep. Valdir Colatto - PMDB/SC	Altera a Lei nº 12.651, de 25 maio de 2012, para dispor sobre as áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas.		28/11/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CCJC, pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS).	Câmara dos Deputados
253	PL 02546/2015	Dep. Vinicius Carvalho - PRB/SP	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional.		04/09/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso 04/09/2017 20:27:00. Foi apresentado um recurso.	Câmara dos Deputados

254	PL 06694/2013	Dep. Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP	Institui Cadastro de Peritos nos Órgãos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas.		22/05/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 23/05/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
255	PL 03370/2012 PLC 00031/2014	Augusto Coutinho SD	Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências.	Dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predial e determina a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas nas edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais em todo o território nacional, bem como as regras de manutenção preventiva e corretiva de danos aos consumidores adquirentes e usuários de imóveis; define os objetivos da Política Nacional de Manutenção Predial; Dispõe sobre as Diretrizes	SF: 07/08/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Romero Jucá, para emitir relatório.	Senado Federal

				da Política Nacional de Manutenção Predial; dispõe sobre os direitos do titular da edificação e dos possuidores de edificações privadas; estabelece os deveres dos responsáveis por edificação pública; define as obrigações dos construtores; dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predial.		
256	PL 05713/2013	Dep. SERGIO ZVEITER - PSD/RJ Dep. Sergio Zveiter - PMDB/RJ Dep. Sergio Zveiter - PODE/RJ Dep. Sergio Zveiter - DEM/RJ	Institui o Programa Empresa Consciente, com a concessão de incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.	Para projetos ecológicos, projetos de arquitetura e urbanismo ecológicos, redução da poluição ambiental e valorização do trabalhador.	20/04/2018: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Designado Relator, Dep. Josué Bengtson (PTB-PA)	Câmara dos Deputados

257	PL 05851/2013 PLC 00026/2018	Onofre Santo Agostini PSD/SC	Dispõe sobre edificações nas margens das faixas de domínio das rodovias federais.		SF: 07/11/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Romero Jucá, para emitir relatório.	Câmara dos Deputados
258	PL 03637/2015 PLS 00388/2014	Acir Gurgacz PDT/RO	Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) e da Lei nº 6.766/1979 (parcelamento do solo urbano), para determinar a observação da lei de parcelamento do solo urbano quanto aos lotes urbanos de colonização e quanto ao parcelamento de imóveis rurais com formação de imóveis com área inferior à do módulo de propriedade rural, e para afastar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nas alterações de uso do solo rural para fins urbanos ou para formação de sítios de recreio.	CD: 22/09/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 23/09/16 PÁG 67 COL 01, Letra B.	Câmara dos Deputados

259	PL 00696/2003 PLC 00166/2008	Dep. Zezeu Ribeiro - PT/BA	Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.		SF: 22/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: A COARQ Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados
260	PL 05010/2016	Dep. Lúcio Vale - PR/PA	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, tendo em vista aperfeiçoar as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana		01/02/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Daniel Vilela (PMDB-GO)	Câmara dos Deputados
261	PL 05011/2016	Dep. Lúcio Vale - PR/PA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade, para exigir análise de mobilidade urbana nos Estudos de Impacto de Vizinhança.		13/06/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Moses Rodrigues (MDB-CE).	Câmara dos Deputados
262	PL 06117/2009	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Estabelece que a obra intelectual produzida em cumprimento a dever funcional, contrato de trabalho ou de prestação	Altera a Lei nº 9.610, de 1998.	09/05/2018: CCULT - Comissão de Cultura Aprovado requerimento da Sra. Jandira Feghali que requer, nos termos regimentais, a realização	Câmara dos Deputados

			de serviços pertencerá a ambas as partes.		de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 6117/2009.	
263	PL 05638/2016	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, como condição à aplicação da Transferência do Direito de Construir, a necessidade de que o imóvel urbano esteja em situação regular perante as normas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.		31/10/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 01/11/16, PÁG 234 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados
264	PL 03636/2015 PLS 00105/2015	RICARDO FERRAÇO	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para permitir que o Ministério Público e a Advocacia Pública celebrem acordo de leniência, de forma isolada ou em conjunto, no âmbito da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e dá outras providências.	Revogam-se o § 1º do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1992, e o inciso I do § 1º do art. 16 da Lei nº 12.846, de 2013.	CD: 19/10/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-8802/2017.	Câmara dos Deputados
265	PL 08454/2017 PLS 00137/2017	Sen. João Alberto Souza - PMDB/MA	Dispõe sobre critérios técnicos para dimensionamento de elevadores de passageiros.		03/07/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

266	PL 09617/2018 PLS 00325/2017	Sen. João Capiberibe - PSB/AP	Institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e da aquisição de materiais e equipamentos, por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular		CD: 27/11/2018: PLEN - PLENÁRIO Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Câmara dos Deputados
267	PL 04405/2012	Dep. Leonardo Quintão - PMDB/MG	Altera a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Estabelece que a modalidade convite poderá ser utilizada na contratação de serviços técnicos profissionais especializados.	03/07/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
268	PL 01794/2015	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e		10/05/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Alessandro Molon (PSB-RJ).	Câmara dos Deputados

			reservatórios de águas pluviais em edifícios.			
269	PL 04060/2015	Dep. Sarney Filho - PV/MA	Dispõe sobre coleta, escoamento e aproveitamento da água proveniente do processo de condensação de aparelhos de ar condicionado, e dá outras providências.		20/09/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CCJC, pelo Deputado Roberto de Lucena (PV-SP).	Câmara dos Deputados
270	PL 03057/2000	Bispo Wanderval PL/SP	Inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como § 1º o atual parágrafo único.	Estabelece que para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação da documentação, por outro órgão.	21/11/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Em razão da apensação do PL 8999/2017 ao PL 7013/2010, a matéria passará a tramitar sob o regime de Prioridade. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Câmara dos Deputados
271	PL 06518/2016	Dep. Antonio Bulhões - PRB/SP	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre barreiras arquitetônicas em templos religiosos.		22/05/2018: CCULT - Comissão de Cultura Designado Relator, Dep. Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ)	Câmara dos Deputados

372	PL 06403/2016	Dep. Marco Maia - PT/RS	Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.	Altera as Leis nº 6.015 de 1973; 11.952, de 2009; 11.483, de 2007; 6.766, de 1979; nº 10.931, de 2004; e 12.024 de 2009.	11/11/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/11/16 PÁG 34 C0L 01.	Câmara dos Deputados
273	PL 06151/2016	Dep. Flávia Morais - PDT/GO	Acrescenta dispositivos às leis nº 10.520/02 e 8.666/1993.	Proíbe a contratação de obras e serviços de engenharia pela modalidade de pregão.	29/05/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
274	PL 03162/2015	Dep. Cristiane Brasil - PTB/RJ	Altera a Lei nº. 11.977, de 7 de Julho de 2009 que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		03/07/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. Caetano (PT-BA)	Câmara dos Deputados
275	PL 01227/2015	Dep. Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a acessibilidade ao sistema escolar das pessoas portadoras de deficiência		03/05/2018: CE - Comissão de Educação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

			ou com mobilidade reduzida.			
276	PL 03147/2015	Dep. Sóstenes Cavalcante - DEM/RJ	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que as praias urbanas deverão dispor de acessos adaptados para permitir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.		28/11/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 29/11/16, PÁG 119 COL 01, Letra B.	Câmara dos Deputados
277	PL 04328/2016	Dep. Laura Carneiro - PMDB/RJ	Institui o Estatuto das Pessoas com Obesidade.		CD: 26/11/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 27/11/2018)	Câmara dos Deputados
278	PL 04990/2016	Dep. Luizianne Lins - PT/CE	Determina a divulgação, na forma que especifica, do tempo estimado de vida útil de prédios e demais edificações públicas, e dá outras providências.		05/12/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

279	PL 01944/2015 PLC 00061/2018	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações cadastrais dos profissionais registrados.	Obriga os conselhos federais e regionais de fiscalização de profissões regulamentadas a disponibilizar, gratuitamente, em suas sedes e em seus sítios na internet, meios de acesso a informações cadastrais dos profissionais registrados, das quais deverão constar nome completo e fotografia de rosto atualizada do profissional, seu número de registro, especialidade, se houver, e local principal de sua atividade, além de outras informações, a critério dos conselhos.	04/07/2018: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Jorge Viana, para emitir relatório. O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015.	Senado Federal
280	PL 05139/2009	Poder Executivo	Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências.	Revoga as Leis nºs 7.347, de 1985 e 11.448, de 2007; e dispositivos das Leis nºs 7.853, de 1989; 7.913, de 1989; 8.069, de 1990; 8.078, de 1990; 8.884, de 1994; 9.008, de 1995; 9.494, de 1997; 10.257, de 2001; 10.741, de 2003. Oriundo do Anteprojeto do Código Brasileiro de Processo	12/05/2010: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado 1 recurso.	Câmara dos Deputados

				Coletivo. PROJETO DO 2º PACTO REPUBLICANO.		
281	PL 03772/2015	Dep. Giuseppe Vecci - PSDB/GO	Dispõe sobre medidas de abertura da economia no Brasil e de licitações.	Altera as Leis nº 10.406, de 2002; 8.934, de 1994; 5. 194, de 1966; 8.666, de 1993; 8.248, de 1991. Revoga dispositivos das Leis nº 11.578, de 2007; 9.478, de1997; e 12. 351, de 2010.	13/06/2017: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Constituição de Comissão Especial de Projeto n. 6708/2017, pelo Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO), que: "Solicita a instalação da comissão especial destinada a dar parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.772, de 2015, que 'Dispõe sobre medidas de abertura da economia no Brasil e de licitações'".	Câmara dos Deputados
282	PL 01562/2011 PLC 00017/2016	Félix Mendonça Júnior PDT/BA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer diretriz quanto à adoção de tecnologias construtivas ambientalmente adequadas.		09/09/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de Requerimento de tramitação conjunta, de autoria do Senador José Pimentel. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal

283	PL 02629/2011	Dep. Fábio Faria - PSD/RN	Obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais.		19/05/2015: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB).	Câmara dos Deputados
284	PL 05772/2016	Dep. Vinicius Gurgel - PR/AP	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, de modo a reajustar os limites adotados para as modalidades de licitação.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6957/2002	Câmara dos Deputados
285	PL 06441/2016	Dep. Vanderlei Macris - PSDB/SP	Altera a Lei 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública.	Exige a apresentação de projeto executivo antes da licitação.	17/11/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/11/16 PÁG 134 COL 01.	Câmara dos Deputados

286	PL 01242/2015	Deley PTB/RJ	Altera a redação do art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.		06/06/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Retirado de pauta, de ofício.	Câmara dos Deputados
287	PL 06058/2016	Dep. Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei nº 11.977, de 2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV), para dispor sobre a implantação de calçadas ecológicas.		05/10/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 06/10/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
288	PL 05909/2016	Dep. Fábio Mitidieri - PSD/SE	Estabelece medidas adicionais para a licitação de obras públicas decorrentes da execução de emendas parlamentares.	Altera a Lei nº 8.666 de 1993.	22/12/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 23/12/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados

289	PL 01213/2015	Dep. João Fernando Coutinho - PSB/PE Dep. João Fernando Coutinho - PROS/PE	Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer a obrigatoriedade do Projeto Executivo antes do início de obras públicas.		14/11/2016: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-6441/2016.	Câmara dos Deputados
290	PL 03876/2015	Dep. Edmilson Rodrigues - PSOL/PA	Estabelece normas para elaboração do cadastro territorial dos municípios e dá outras providencias.		02/10/2017: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Designado Relator, Dep. Julio Lopes (PP-RJ)	Câmara dos Deputados
291	PL 04330/2004 PLC 00030/2015	Sandro Mabel MDB	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	Regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	19/06/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição. (Tramitam em conjunto os Projetos de Lei da Câmara nºs 30/2015, 195/2015 e os Projetos de Lei do Senado nºs 87/2010, 447/2011 e 339/2016).	Senado Federal

292	PL 06207/2013	Walter Feldman PSDB/SP	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a circulação de pedestres e ciclistas.		13/06/2018: CVT - Comissão de Viação e Transportes Designado Relator, Dep. Vanderlei Macris (PSDB-SP)	Câmara dos Deputados
293	PL 05871/2016	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP Sen. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	Revoga os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para extinguir o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, e dá outras providências.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências",	Câmara dos Deputados

					e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-1758/2015	
294	PL 06808/2017	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP Sen. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer e dá outras providências.		10/04/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
295	PL 09938/2018 PLS 00252/2014	Senado Federal - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para instituir a adoção de práticas de construção sustentável na política urbana.		CD: 17/04/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/04/2018.	Câmara dos Deputados

296	PL 01292/1995 PLS 00163/1995	Lauro Campos	Altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.	CD: 26/11/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Apensação n. 9289/2018, pelo Deputado Darcísio Perondi (MDB-RS), que: "matéria correlata / identidade de objetos, art. 142, caput, RICD- PL nº 7552 de 2017)".	Câmara dos Deputados

297	PL 02457/2011 PLS 00411/2007	Senado Federal - Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação, para instituir mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em edificações públicas e privadas.		09/07/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebido o Informativo da CONOF.	Câmara dos Deputados
298	PL 05561/2016	Dep. PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA - PSD/PR	Cria mecanismo de compensação para empresas e instituições prejudicadas por motivos de obras públicas.		28/09/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES).	Câmara dos Deputados
299	PL 06889/2017	Giacobo PR/PR	Acrescenta os artigos 5-A, 5-B e incisos I e II à Lei n° 9,696, de 1 de setembro de 1998.	Trata da competência do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Educação Física.	08/12/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados

300	PL 05765/2016	Dep. Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir a reserva de percentual da mão de obra destinada ao cumprimento de contratos celebrados com a Administração Pública a estudantes universitários e estudantes de cursos técnicos profissionalizantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.		22/05/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Designado Relator, Dep. Fausto Pinato (PP-SP)	Câmara dos Deputados
301	PL 06560/2016	Dep. Eduardo Barbosa - PSDB/MG	Altera a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, para dispor sobre a formação do profissional de Engenharia de Segurança do Trabalho.		13/12/2016: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/12/16, PÁG 360 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
302	PL 06773/2006 PLC 00169/2015	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP Sen. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para vedar pagamentos antecipados.		14/08/2018: SF-ATRSGM - Assessoria Técnica Ação: Juntado aos autos do processo original de manifestação do Ofício n.º 113/2018-GAB, do Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, e cópia da carta resposta encaminhada pelo	Senado Federal

					Senador Paulo Paim no execício da Primeira Secretaria (fls.22/30). Recebido em: PLEN - Assessoria Técnica	
303	PL 09186/2017	Dep. Valdir Colatto - PMDB/SC	Altera o art. 36 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para modificar a destinação de receitas arrecadas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, e dá outras providências.		30/05/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
304	PL 05334/2016	Dep. EDINHO ARAÚJO - PMDB/SP	Altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que "dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências".		10/06/2016: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 11/06/16 PÁG 39 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
305	PL 04947/2013 PLC 00056/2014	Onofre Santo Agostini PSD/SC	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto das Cidades), para vedar o direito de Outorga Onerosa do Direito de Construir às casas noturnas, boates, de espetáculos ou afins.		10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

306	PL 07067/2017	Dep. João Rodrigues - PSD/SC	Altera a Lei de Execução Penal para permitir que o detendo ou ente da iniciativa privada faça reformas nos estabelecimentos prisionais	Altera a Lei nº 7.210, de 1984.	17/07/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado Publicado em avulso e no DCD de 18/07/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
307	PL 05793/2016	Rocha PSDB/AC	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração energia renováveis não convencionais (fonte solar, eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas e resíduos sólidos).		05/08/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/08/16 PÁG 53 COL 01.	Câmara dos Deputados

308	PL 05858/2013 PLS 00119/2011	Senado Federal - Acir Gurgacz PDT/RO	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição.		CD: 05/11/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Devolvida pelo Relator sem Manifestação. SF: 06/11/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados
309	PL 05664/2016	Zé Silva SD/MG	Institui o Sistema de Obras Públicas (SisOP).		10/07/2017: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

310	PL 08331/2015 PLS 00541/2011	Senado Federal - Aloysio Nunes Ferreira PSDB/SP	Altera a Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre acessibilidade nos passeios públicos.		SF: 06/11/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados
311	PL 06814/2017 PLS 00559/2013	Senado Federal	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.		CD: 21/06/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-10415/2018.	Senado Federal

312	PL 05420/2013 PLS 00356/2011	Sen. Ana Amélia - PP/RS	Acrescenta inciso VI ao art. 3º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos Municípios para a elaboração do plano diretor e de outras normas dele decorrentes.		SF: 25/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: Á COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados
313	PL 03228/2008 PLS 00350/2005	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares PSB/PE	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para determinar a priorização dos meios de transporte de propulsão humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.		CD: 03/07/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. SF: 08/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados
314	PL 07841/2014 PLS 00399/2011	Sen. Roberto Requião - PMDB/PR	Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado		SF: 25/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: A COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados

			expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras.			
315	PL 02861/2008 PLS 00227/2005	ALVARO DIASVER IMAGEM DAS ASSINATURAS	Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, o piso salarial mínimo.		CD: 06/02/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 8035/2018, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do PL nº 2.861 de 2008, que 'Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, o piso salarial mínimo.'". SF: 08/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados

316	PLP 00327/2016	Dep. Helder Salomão - PT/ES	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com o objetivo de modificar as faixas de receita brutas de empesas optantes do Simples Nacional e dá outras providências.		11/05/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PLP-502/2018.	Câmara dos Deputados
317	PLP 00137/2015 PLS 00199/2015	Sen. Flexa Ribeiro - PSDB/PA	Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e dá outras providências.		SF: 18/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados
318	PLP 00014/2015	Dep. ODELMO LEÃO - PP/MG	Dispõe sobre a coopração entre os entes federados tendo em vista assegurar a elaboração e a implementação dos planos de saneamento básico e de resíduos sólidos, altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá outras providências.		13/06/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Retirado de pauta a requerimento do Deputado Bohn Gass.	Câmara dos Deputados

319	PLP 00453/2017	Dep. Gonzaga Patriota - PSB/PE	Altera a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.		CD: 28/11/2018: CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CREDN, pelo Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG).	Câmara dos Deputados
320	PLP 00464/2017	Dep. Valadares Filho - PSB/SE	Dispõe sobre o procedimento para a incorporação de municípios, nos termos do § 4º do art.18 da Constituição Federal de 1988.		22/02/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 23/02/2018.	Câmara dos Deputados
321	PLP 00401/2017	Dep. Miguel Haddad - PSDB/SP	Disciplina os processos de incorporação e fusão de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal; vincula o recebimento de transferências voluntárias da União para os Municípios com população inferior a cinco mil habitantes ao início do processo de fusão ou incorporação, e dá outras providências.		18/12/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. João Paulo Papa (PSDB-SP)	Câmara dos Deputados

322	PLP 00399/2008	Dep. Geraldo Resende - PSDB/MS	Acrescente-se o inciso XXIX ao § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.	Inclui como beneficiárias do Simples Nacional as empresas de prestação de serviços de arquitetura e agronomia.	25/10/2017: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 7510/2017, pelo Deputado Mário Heringer (PDT-MG), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do PLP 399, de 2008, que 'Acrescente-se o inciso XXIX ao 1º do art. 17 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte', e seus apensados".	Câmara dos Deputados
323	PLP 00482/2018	Dep. André Amaral - PMDB/PB Dep. André Amaral - PROS/PB	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer regra para a execução de transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios para a realização de obras públicas e projetos de engenharia		22/03/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 23/03/2018.	Câmara dos Deputados

324	PLP 00384/2017	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.	Concede condições especiais de pagamento de tributos à micro e pequena empresa constituída por pessoas com idade entre dezoito e vinte e cinco anos.	06/09/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, publicado no DCD de 07/09/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
325	PL 10657/2018	Vanderlei Macris PSDB/SP	Tipifica o crime de fraude em obra ou serviço de engenharia.	Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 1940.	CD: 20/08/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 21/08/2018.	Câmara dos Deputados
326	PL 10653/2018	Pedro Paulo DEM/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a fim de elevar para 5% o percentual mínimo de unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) adaptadas ao uso por pessoas com deficiência e para determinar que as demais unidades sejam construídas de forma a permitir adaptações		CD: 20/08/2018: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Recebimento pela CDU.	Câmara dos Deputados

			posteriores diferenciadas de acordo com as necessidades dos usuários.			
327	CD: PLP 00500/2018 SF: PLC 00076/2018	Jorginho Mello PR/SC	Altera Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018 que institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN), a fim de permitir a entrada novamente dos optantes do simples nacional excluídos em janeiro de 2018. NOVA EMENTA: Altera a Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018, para permitir o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em janeiro de 2018.		CD: 05/09/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Recebimento do Ofício nº 420/2018 (CN) comunicando veto total e encaminhando cópia da Mensagem e autógrafo do PLP 500/2018.	Câmara dos Deputados

328	CD: MPV 00851/2018 SF: MPV 00851/2018	Presidência da República	Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais e dá outras providências.	Institui o marco regulatório dos fundos patrimoniais: criação, gestão e fiscalização, instrumentos de parceria com o setor público nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e desporto.	CD: 29/11/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Recebido o PLV nº 31, de 2018, da Comissão Mista da MPV 851/2018, que Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais e dá outras providências.. SF: 27/11/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexado Ofício CN nº 578, de 27/11/18, encaminhando à Presidência da Câmara dos Deputados o processado da presente Medida Provisória (PLV nº 31, de 2018, aprovado com emendas pela Comissão Mista). À CD.	Câmara dos Deputados

					Recebido em: MESA - Secretaria de Expediente em 27/11/2018	
329	CD: MPV 00850/2018 SF: MPV 00850/2018	Presidência da República	Autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram e dá outras providências.	Autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram, serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, estabelecendo seus objetivos, competências, receitas e estrutura. Estabelece que a Abram firmará contrato de gestão com o Poder Executivo para execução de suas finalidades, podendo administrar instituições museológicas. Fixa para o Ministério da Cultura a competência de supervisionar a gestão da Abram e para o Tribunal de Contas da União a competência de fiscalizar a execução do contrato de gestão. Extingue o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. Atribui à Abram a responsabilidade	CD: 20/11/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Designada a Senadora Lídice da Mata para a Relatoria da Comissão Mista. SF: 28/11/2018: CMMPV 850/2018 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 850, de 2018. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Realizada a 4ª Reunião da Comissão Mista. É realizada Audiência Pública com a presença dos seguintes convidados: Weber Gomes de Sousa – Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento das Instituições Federais de Ensino do Ministério da Educação; Eduardo Monteiro Pastore - Coordenador-Geral de Modelos de Gestão do	Congresso Nacional

				de reconstruir o Museu Nacional, permitindo que o Ministério da Educação pratique atos urgentes e necessários à restauração de seu patrimônio. Estabelece ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae a obrigação de remanejar, transpor ou transferir para a Abram as dotações orçamentárias aprovadas no seu orçamento referente ao exercício financeiro no qual a Abram venha a ser instituída.	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Maria Eugenia dos Santos Teixeira Saturni - Diretora do Conselho Federal de Museologia – COFEM; Maria das Graças Teixeira - Coordenadora do Museu Afro-Brasileiro da UFBA; Gilberto Jorge Cordeiro Gomes - Diretor da Confederação Nacional de Trabalhadores do Serviço Público Federal; e Fernanda Santana Rabelo de Castro - Integrante do Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus. (Anexados: registro de presença, Ofícios nºs 002 a 015/MPV 850-2018, e atas das 1ª e 2ª Reuniões, às fls. 211 a 229)	
330	CD: PL 06474/2009 SF: PLC 00083/2017	Jaime Martins PROS	Institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB) para incentivar o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana.	Institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB), para incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte, a ser implementado em todas as cidades com mais de vinte mil habitantes,	CD: 11/08/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 183/2017/PS-GSE. SF: 17/09/2018: SF-	Senado Federal

				visando a melhoria das condições de mobilidade urbana, financiado com parcela da arrecadação de multas de trânsito, parcela da CIDE-combustíveis, dotações orçamentárias e contribuições e doações.	SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À SANÇÃO Ação: Remetido Ofício SF nº 1.028 de 17/09/18, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem SF nº 133/18, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 35 a 39). Remetido Ofício SF nº 1.029, de 17/09/18, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando a aprovação sem alterações, em revisão, e o seu encaminhamento à sanção presidencial (fls. 40).	
334	PL 10835/2018	Carlos Sampaio PSDB/SP	Ementa: Altera a Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, para incentivar a proteção e a preservação do patrimônio histórico brasileiro.		CD: 27/11/2018: CCULT - Comissão de Cultura Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

335	PL 1104/2015	Adail Carneiro PHS/CE	Dispõe sobre a individualização de instalação de hidrômetro nas edificações verticais residenciais e nas de uso misto e nos condomínios residenciais, e dá outras providências.		CD: 10/10/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
336	VET 00036/2018	Presidência da República	Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2017 (nº 6.474/2009 na Casa de origem), que "Institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB) para incentivar o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana".		SF: 08/11/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: Remetido Ofício CN nº 518, de 08/11/18, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil encaminhando a Mensagem CN nº 104/18, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando que, em sessão conjunta realizada em 06 de novembro do corrente ano, o Congresso Nacional manteve o Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 83/17 (fls. 13 e 14). Remetido Ofício CN nº 519, de 08/11/18, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando que, em sessão conjunta realizada	Congresso Nacional

					em 06 de novembro do corrente ano, o Congresso Nacional manteve o Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara n° 83/17(fl.15). Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	
337	PLS 00402/2018	Hélio José PROS/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano.	Altera o Estatuto da Cidade, para estabelecer que os projetos que tratem de serviços, equipamentos e instalações abertos ao público ou de uso coletivo devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.	SF: 23/10/2018: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Romário, para emitir relatório.	Senado Federal
338	VET 00029/2018	Presidência da República	Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2018 - Complementar (nº 500/2018 - Complementar, na Casa de origem), que "Autoriza, no prazo que especifica, o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e		SF: 05/11/2018: SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional Ação: Ao Plenário. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional	Congresso Nacional

			Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em 1º de janeiro de 2018".			
339	PDC 01068/2018	Professor Victório Galli PSL/MT	Susta a Agenda 2030 (ONU), que formulam políticas que estimulam a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos âmbitos federal, estaduais e municipais. Governos, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais, ações que dialogam com o cumprimento dos ODS por meio de ações integradas, para erradicar a pobreza, promover o crescimento econômico e a sustentabilidade do planeta.		CD: 21/11/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 22/11/2018.	Câmara dos Deputados
340	PLP 00547/2018	Zé Silva SD/MG	Altera a Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer a obediência ao fluxo orçamentário-financeiro na execução de obras e serviços de engenharia (Fluxo Orçamentário-Financeiro das Obras).		CD: 21/11/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados

341	PL 09851/2018	Lelo Coimbra PMDB/ES	Inclua-se onde couber, para alterar o Decreto Lei nº 9.760 de 5 de setembro de 1946, na Seção II - Da demarcação dos terrenos de marinha.		CD: 23/11/2018: CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 26/11/2018)	Câmara dos Deputados
342	PL 10996/2018	Hildo Rocha MDB/MA	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País.		CD: 27/11/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 28/11/2018.	Câmara dos Deputados